



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 101ª reunião, realizada em 16 de fevereiro de 2017

1 Em 16 de fevereiro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Jequitinhonha (URC Jequitinhonha) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), no auditório da Prefeitura Municipal, em
4 Diamantina, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e
5 suplentes: o presidente Clésio Cândido Amaral, representante da Secretaria
6 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).
7 Representantes do poder público: Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, da
8 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa);
9 Tamara Marques Veríssimo, da Secretaria de Estado de Integração e
10 Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor); Thaís de
11 Castro Magalhães e Wilker Pinheiro Cordeiro, da Secretaria de Estado de
12 Planejamento e Gestão (Seplag); Ricardo José de Souza, da Secretaria de
13 Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Luiz Gustavo Patuzzi
14 Bortoncello, do Ministério Público de Minas Gerais; Washington de Miranda
15 Melo, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Bruna de Souza Otoni, do
16 Comitê de Bacia Hidrográfica JQ2. Representantes da sociedade civil: Ézio
17 Darioli, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); José
18 Otoni Alves Campos, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
19 Gerais (Faemg); Guilherme Coelho Neves e Ricardo Hirofumi Yoshimatsu, da
20 Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas
21 Gerais (Federaminas); Alex Mendes Santos, da ONG Caminhos da Serra –
22 Ambiente, Educação e Cidadania; Talles Guedes de Matos, da Sociedade
23 Amigos do Tabuleiro; Silvana Regina Pauslauski, da Universidade do Estado
24 de Minas Gerais (Uemg); Rogério Alexandre Alves de Melo, do Conselho
25 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Soraya de
26 Carvalho Neves, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
27 Mucuri (UFVJM). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
28 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
29 presidente Clésio Cândido Amaral declarou aberta a 101ª reunião da Unidade
30 Regional Colegiada Jequitinhonha. **3) COMUNICADOS DOS**
31 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Clésio Cândido
32 Amaral: “Eu tenho um comunicado a fazer sobre a moção apresentada na
33 última reunião da URC. Ela está sendo finalizada pela Sede e será pautada na
34 próxima reunião da URC.” Conselheiro Washington de Miranda Melo: “Só
35 mesmo desejar um bom trabalho aos conselheiros. Quero parabenizar os
36 conselheiros antigos e desejar boas-vindas aos novos conselheiros, para que
37 possamos ter um brilhante trabalho em 2017. E justificar que estou sem a farda

38 da Polícia Militar nesta data, porque fiz um procedimento cirúrgico e estou
39 impedido de usar devido a isso. No entanto, na próxima reunião, eu já vou
40 estar novamente com a farda da Polícia Militar. Só para justificar, senhor
41 presidente.” Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Boa tarde a todos, eu
42 queria desejar as boas-vindas a todos novos conselheiros. Nesta data, pelo
43 que eu vi aqui na relação, eu e o Alex somos os mais velhos. Vão fazer nove
44 anos que estou neste Conselho, e é um prazer muito grande fazer parte deste
45 Conselho e defender o nosso Vale, a parte ambiental do nosso Vale. E eu
46 gostaria, senhor diretor, de parabenizar a equipe da Supram, que esteve em
47 Araçuaí em novembro, e falar o seguinte: a cada dia que passa nós ficamos
48 mais satisfeitos com a Supram em Diamantina. Nós, que mexemos com
49 órgãos públicos, senhores membros do COPAM, da Supram, que estão
50 tomando posse agora, vemos as pessoas falarem mal de funcionário público,
51 e eu não canso de chegar à frente deste Conselho e elogiar o atendimento
52 que o pessoal da Supram de Araçuaí tem nos dado em Araçuaí. Então, nós
53 queremos que fique registrado o nosso agradecimento à equipe técnica, na
54 coordenação da Cristina. E levar também o agradecimento do presidente do
55 Sindicato dos Trabalhadores Rurais, porque dessa vez eles atenderam lá no
56 sindicato. E venho de antemão pedir a liberação, porque tem uma agenda lá
57 de compromisso para abril. Eu tenho certeza que será cumprida essa agenda,
58 o pessoal lá já está perguntando: ‘Será que o pessoal vem?’. E eu quero dizer,
59 senhores conselheiros que estão tomando posse, que sabemos que é muito
60 difícil, daqui a Araçuaí são 300 km. Eu quero que o pessoal da comitiva de
61 Araçuaí se levante, por favor, para que todos tenham conhecimento. E eu
62 quero agradecer a Simone, a Geralda, a Lucélia, saudar todos vocês em nome
63 nosso aqui. Eu também sou de Araçuaí e eu sei do sacrifício. Nós chegamos
64 aqui só para esta reunião. Nós viemos para esta reunião, após a reunião nós
65 vamos estar retornando e vamos estar rodando 660 km para poder participar
66 desta reunião. Eu gostaria que todos vocês entendessem bastante o que
67 vamos discutir aqui hoje e nos apoiassem na nossa pretensão. Senhor diretor,
68 quero também agradecer ao senhor, que teve a sensibilidade. Eu estou vendo
69 que está reformando o escritório para ter um técnico da Supram, do IEF, lá em
70 Araçuaí. Era a grande dificuldade nossa. Me desculpem, eu sou o mais velho
71 e esqueci de me identificar. Eu sou José Otoni, represento a Faemg na URC
72 Jequitinhonha. Eu quero agradecer porque eu tenho certeza de que, em breve,
73 não teremos ninguém preferindo ser multado do que regularizado. A
74 dificuldade é muito grande, e a prova disso é que está sendo reformado o
75 escritório para que tenha técnico, para que tenha administrativo em Araçuaí,
76 para que todos nós possamos tirar nossas licenças lá e andar em dia com o
77 meio ambiente. Espero que 2017 seja um ano muito proveitoso e que todos
78 nós possamos defender cada dia mais o nosso meio ambiente.” Ângelo Márcio
79 Gomes de Melo/Supram Jequitinhonha: “Nós agradecemos o reconhecimento
80 da comunidade de Araçuaí e região. Para facilitar ainda mais a vida do povo

81 da região de Jequitinhonha e de todo o Estado de Minas Gerais, o governo fez
82 algumas alterações no Decreto 44.844 há poucos dias atrás, e uma das
83 modificações já acabou, inclusive, com a certidão de não passível para
84 licenciamentos de empreendimentos. Outra notícia importante é que essa
85 certidão – informação que tivemos no nosso alinhamento em Belo Horizonte –
86 poderá ser emitida logo, logo, no máximo em dois ou três meses, através da
87 internet, no site da SEMAD, de qualquer lugar de Minas Gerais. Outra notícia
88 importante também para facilitar a vida do povo mineiro: a Secretaria de Meio
89 Ambiente está desenvolvendo, junto com o IGAM, e deve, provavelmente, nos
90 próximos dias, até o mês de abril, colocar um sistema para os produtores e as
91 pessoas que quiserem fazer o registro de uso insignificante de água. Deverá
92 ser disponibilizado pela internet, nos sites da SEMAD e do IGAM, para a
93 pessoa poder entrar na internet e tirar o cadastro de uso insignificante dessa
94 água. Não vai precisar sobrecarregar a Supram, porque nós vamos ficar por
95 conta do trabalho de outorga, um trabalho mais complexo, mais difícil, e dos
96 licenciamentos, de fato. Na nossa Supram Jequitinhonha, nós estamos para
97 este ano de 2017 com grande expectativa de diminuir muito a fila dos
98 empreendedores e empreendimentos dando mais agilidade, mais celeridade
99 na análise dos processos. A SEMAD está proporcionando vários cursos de
100 aperfeiçoamento para os nossos servidores. Haverá todos os meses
101 treinamento para a equipe técnica da Supram para dar mais agilidade, mais
102 celeridade para o processo de licenciamento fazendo, de fato, o
103 desenvolvimento sustentável aqui em Minas Gerais.” Conselheiro Alex
104 Mendes Santos: “Primeiro, eu gostaria de dar as boas-vindas a todos. Que
105 tenhamos uma reunião produtiva. Sobre a moção, é possível, antes de ela vir,
106 fazermos algumas sugestões de alteração?” Presidente Clésio Cândido
107 Amaral: “Ela foi aprovada aqui na URC, na última reunião, e está em
108 finalização na Sede. Na realidade, seria a votação de uma nova moção.”
109 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Era justamente para a demanda de
110 algumas colocações, porque ela foi até bem abrangente.” Conselheiro
111 Guilherme Coelho Neves: “Boa tarde a todos. Eu faço uso da palavra, primeiro,
112 para desejar as boas-vindas a todos e desejar que nós tenhamos um ano
113 muito profícuo, de muito trabalho. Eu acho que o Sr. José, de Araçuaí, já
114 colocou muito bem. Pelo que eu vi, eu acho que agora sou ou terceiro, assumo
115 como titular. Nós entendemos a responsabilidade e esperamos desempenhar
116 com bastante dedicação. O Ricardo está aqui ao meu lado e assume a cadeira
117 de primeiro suplente. Eu creio que temos condições de ter 100% de
118 frequência, porque estamos agora eu e o Ricardo residentes em Diamantina
119 com a divisão da responsabilidade. Então, só agradecer e desejar a todos um
120 ano de 2017 de muito trabalho e muita produtividade para o nosso Conselho.”
121 **4) EXAME DAS ATAS DA 99ª E DA 100ª REUNIÕES.** Aprovadas por
122 unanimidade as atas da 99ª e da 100ª reuniões da URC Jequitinhonha,
123 realizadas nos dias 6 de setembro e 6 de outubro de 2016, respectivamente.

124 **5) ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA**
125 **AMBIENTAL (COPAM) DE QUE TRATA O DECRETO 46.953, DE 23 DE**
126 **JANEIRO DE 2016. Apresentação: Supram Jequitinhonha. Wesley**
127 **Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha:** “Boa tarde a todos, eu me chamo
128 Wesley, estou hoje como diretor de Controle Processual da Supram
129 Jequitinhonha. Desejo a todos que sejam bem-vindos a essa tarefa que vocês
130 que passam a assumir a partir de hoje. Eu já conheço uns aqui, já são velhos
131 de casa, já estamos aqui há alguns anos. Já fazem parte desta Casa, desta
132 Unidade Regional Colegiada, e foram reconduzidos pelas suas respectivas
133 instituições. Foi nos dada essa incumbência de passar para os novos e
134 também para os que continuaram sobre as atribuições e o Regimento Interno
135 do COPAM. Houve uma mudança muito grande, a partir agora de 2016, das
136 atribuições da URC, da Unidade Regional Colegiada do COPAM, com a volta
137 das Câmaras Temáticas que existiam anterior a 2004. São normas muito
138 grande, extensas, mas eu vou tentar passar um pouco das normas, das
139 competências e atribuições, fazendo um histórico rápido da Política Ambiental
140 no Estado de Minas Gerais. Essas apresentações, se vocês quiserem, vão
141 ficar disponíveis. É só pedir, que podemos encaminhar por e-mail. Eu vou fazer
142 um histórico da legislação, muito rápido, da Política Ambiental no Estado de
143 Minas Gerais. Nós tivemos lá nos idos do ano de 1977 a primeira legislação
144 em relação à Política Ambiental do Estado, que foi o Decreto 18.466/1977, que
145 instituiu uma Comissão de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais, que,
146 posteriormente, foi constituída em Conselho Estadual de Política Ambiental.
147 Fazendo um comparativo, a primeira legislação, de fato, que nós tivemos de
148 uma Política Nacional de Meio Ambiente foi nos idos de 1981, com a Lei 6.938.
149 Então, Minas Gerais, comparado ao nível da Federação, da União, teve uma
150 legislação bem anterior. E tem a Lei Estadual 7.772/80, que, de fato, criou a
151 Política Ambiental no Estado de Minas Gerais. Posteriormente, nós tivemos,
152 de fato, a organização do Conselho Estadual de Política Ambiental, um novo
153 formato com a criação das Unidades Regionais Colegiadas. Em 80, não havia,
154 e a questão do licenciamento era com a 7.772, que previa mais legislações
155 em relação às fontes de poluição industrial, indústrias, mais focado na questão
156 da atividade industrial e de mineração. Essa questão do licenciamento, da
157 regularização ambiental de atividades de fontes poluidoras ficava a cargo da
158 Fundação Estadual do Meio Ambiente, em um primeiro momento, e depois
159 também, com a criação das Câmaras Temáticas, em uma legislação anterior,
160 é que se dividiram as competências para regularização de fontes, de
161 empreendimentos poluidores, causadores de impacto ambiental no Estado de
162 Minas Gerais. O Decreto 44.667, de 2007, veio organizar o Conselho Estadual
163 de Política Ambiental com a organização, mais especificamente, no que nos
164 toca, das Unidades Regionais Colegiadas. E se dividiu o Estado em 17
165 territórios de circunscrição com a ampliação de superintendências, a
166 desconcentração da Política Ambiental do Estado de Minas Gerais, com a

167 criação das Unidades Regionais Colegiadas. Em um primeiro momento se
168 chamaram Narcs, Núcleos de Apoio às Unidades Regionais Colegiadas, que,
169 posteriormente, vieram se denominar Superintendências Regionais de
170 Regularização Ambiental. E hoje com a denominação de Superintendência
171 Regional de Meio Ambiente. Na verdade, a Supram hoje dá suporte às
172 Unidades Regionais Colegiadas. Também tem essa função e agora, com a
173 mudança, dar suporte também às Câmaras Temáticas no julgamento de
174 processos de licenciamento ambiental, de impactos ambientais maiores. Teve
175 a Deliberação Normativa COPAM 30/1998, que era o Regimento tanto do
176 Conselho Estadual de Política Ambiental, que é o COPAM, quanto das
177 Unidades Regionais, que denominamos de Unidades Regionais Colegiadas,
178 as URCs. Nós temos as URCs Jequitinhonha, Triângulo, Alto Paranaíba, Leste
179 Mineiro, Norte de Minas, Noroeste, em Unaí; Sul de Minas, com sede em
180 Varginha. Então, foi feita essa divisão territorial. Só um breve histórico. E a
181 grande mudança hoje foi introduzida pela Lei 21.972, de 2016, que mudou,
182 profundamente, a questão da regularização ambiental no Estado de Minas
183 Gerais. Houve, com essa legislação, um esvaziamento da competência das
184 Unidades Regionais Colegiadas no tocante ao licenciamento de
185 empreendimentos de atividades potencialmente poluidoras, com a criação,
186 novamente, das Câmaras Temáticas, que vão julgar, deliberar sobre
187 empreendimentos de maior impacto ambiental, aqueles empreendimentos
188 classificados como classes 5 e 6 pela Deliberação Normativa COPAM de
189 2004. Essa lei não só introduziu essa mudança significativa na questão da
190 competência das Unidades Regionais Colegiadas, com a volta das Câmaras
191 Temáticas, mas também outras questões atinentes à Política Ambiental no
192 Estado de Minas Gerais, inclusive, também em consequência do acidente que
193 teve da Samarco. Então, essa questão de barragem, empreendimentos
194 minerários, outros órgãos intervenientes que participam do licenciamento,
195 como o Iphan, Iepha, Incra, Funai e outros órgãos que nós denominamos
196 intervenientes, em relação a comunidades quilombolas, indígenas, do
197 patrimônio arqueológico. Então, houve uma mudança bem significativa na
198 Política Ambiental do Estado de Minas Gerais com a Lei 21.972. E o Decreto
199 46.953/2016, que veio reorganizar o Conselho Estadual de Política Ambiental,
200 com as novas competências das URCs, das Câmaras Temáticas e de outros
201 órgãos que compõem o Conselho. E temos a Deliberação Normativa COPAM
202 177/2012, que regulamenta o Regimento Interno do COPAM. É onde há o
203 disciplinamento das reuniões das Unidades Regionais Colegiadas, do próprio
204 COPAM, do Plenário do próprio COPAM, e outras matérias atinentes. A
205 grande mudança que foi introduzida pela Lei 21.972 foi o artigo 14. 'O
206 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) tem por finalidade
207 deliberar sobre diretrizes políticas, estabelecendo normas regulamentares e
208 técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional para preservação
209 e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, competindo-

210 lhe...’ Nós vamos focar mais essa questão do licenciamento. ‘... decidir, por
211 meio de suas Câmaras Temáticas, sobre processo de licenciamento ambiental
212 e atividades de empreendimentos de médio porte e grande potencial poluidor,
213 de empreendimentos de grande porte e médio potencial poluidor,
214 empreendimentos de grande porte e grande potencial poluidor...’ O que nós
215 aqui denominamos, com base na Deliberação Normativa 74/2004, como os
216 empreendimentos de classes 5 e 6. São aqueles de maior impacto ambiental,
217 que chamamos de empreendimentos causadores de significativo impacto
218 ambiental, sujeitos a EIA/RIMA e a outros estudos mais. E também a
219 competência do COPAM, através das Câmaras Temáticas. ‘Nos casos em que
220 houver supressão de vegetação em estágio médio ou avançado de
221 regeneração, em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade...’ E
222 também compete ao COPAM aprovar seu Regimento Interno, que é a
223 Deliberação Normativa 177/2012. Só um exemplo aqui. Nós tivemos vários
224 exemplos de empreendimentos de classes 5 e 6, que são aqueles mais
225 complexos tanto na questão econômica quanto social e ambiental. Esses
226 empreendimentos saem da esfera de debate das URCs e vão para as
227 Câmaras Temáticas. E o decreto da estrutura do COPAM, que foi organizado
228 através do Decreto 46.953, de 26/2/2016, em decorrência das alterações
229 introduzidas pela Lei 21.972, também de 2016. A estrutura do COPAM: a
230 Presidência, pelo secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
231 Sustentável; a Secretaria Executiva, e quem assume esse papel é o secretário
232 adjunto; o Plenário do COPAM, que decide as normas, questões ambientais,
233 política ambiental, deliberações normativas que regulamentam a Política
234 Ambiental no Estado de Minas Gerais; a Câmara Normativa e Recursal, que
235 chamamos de CNR, que, dentre outras atribuições, por exemplo, tem a
236 competência de julgar, como último grau recursal, recurso contra concessões
237 ou não concessão de licenças decididas pelas Câmaras Temáticas. Vocês
238 hoje estão recebendo como competência em última instância recursal de
239 processos de licenciamento decididos agora pelos superintendentes regionais
240 e também de Autorizações Ambientais de Funcionamento. A grande novidade
241 foi a volta das Câmaras Temáticas Especializadas, que se dividem em Câmara
242 de Política de Energia e Mudanças Climáticas (CEM); Câmara de Proteção à
243 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB); Câmara de Atividades
244 Minerárias. É um processo emblemático o processo da Anglo American. Hoje,
245 as deliberações a respeito dele passaram, com as alterações, a serem
246 decididas nessa Câmara de Atividades Minerárias. Tem a Câmara de
247 Atividades Industriais, a Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. A Aperam,
248 hoje, a ArcelorMittal, todos esses empreendimentos agora vão ser de
249 competência de decisão dessa Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. Tem
250 a Câmara de Atividades de Infraestrutura de Transporte, Saneamento e
251 Urbanização. Aqueles empreendimentos rodoviários, de saneamento, que
252 envolvem DEER, Copasa, se forem enquadrados em classes 5 ou 6, vão

253 passar a ser decididos por essa Câmara de Atividades de Infraestrutura e pela
254 Câmara de Energia, que também hoje seria para a Cemig, Irapé, classes 5 e
255 6. Também as deliberações a partir de agora vão ser decididas aí, casos de
256 renovação de licença e essas coisas mais. E também fazem parte da
257 renovação da estrutura do COPAM, o que nos interessa mais, as Unidades
258 Regionais Colegiadas, que chamamos de URCs, em número máximo de 17,
259 com circunscrição territorial estabelecida no anexo desse decreto. Aqui nós
260 somos 63 municípios, pegamos de Conceição ao médio, alto e baixo, e vamos
261 até Salto da Divisa, já com a Bahia.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “É
262 interessante que, na verdade, a gente praticamente não vai fazer mais nada,
263 só recurso. Nós perdemos praticamente toda aquela situação que tínhamos,
264 a questão de avaliar as questões locais, de o local poder estar discutindo as
265 questões locais. Então, volta, praticamente, nesse processo, à centralização
266 da FEAM. Lógico que hoje são Câmaras, mas antigamente era o que ocorria.
267 Os grandes problemas nossos aqui eram decididos dentro da FEAM. Quando
268 você assustava, a empresa já estava entrando dentro da comunidade, você ia
269 questionar, e ele apresentava a autorização, o licenciamento. Então, quer
270 dizer, o que nós vamos fazer, realmente, pelo que vejo ali, são só recursos, e
271 recurso não podemos ir contra, senão estaremos indo contra uma decisão
272 maior do Estado. Então, eu queria que você explicasse porque, para mim, nós
273 não vamos fazer muita coisa em termos de decisões.” Wesley Alexandre de
274 Paula/Supram Jequitinhonha: “Foi uma opção de governo de propor esse novo
275 modelo. Mesmo sendo competência das Câmaras Temáticas julgar esses
276 empreendimentos mais complexos, que causam maior impacto ambiental,
277 ainda assim a análise desses processos continuará sendo feita pelos técnicos
278 das Suprams Regionais. Então, as pessoas que se sentirem também afetadas
279 vão continuar tendo acesso aos técnicos, aos superintendentes, porque o
280 parecer continuará sendo feito pelas superintendências, mesmo aqueles que
281 serão levados para deliberação das Câmaras Temáticas. Então, vai continuar
282 tendo essa proximidade, mais do que existia antes, porque tudo era feito pela
283 FEAM, com esses técnicos, com essa equipe técnica das superintendências.
284 Mas, de fato, ocorreu um esvaziamento das competências da URC, porque
285 antes se julgavam empreendimentos de classe 3 a 6. De fato, tinha essa
286 proximidade da questão de a comunidade vir e participar, mas as reuniões das
287 Câmaras Temáticas também serão abertas.” Conselheiro Alex Mendes
288 Santos: “Aí fica a pergunta: como eles vão ficar sabendo disso? É complicado,
289 mas eu não posso ficar lendo jornal todo dia procurando se vai envolver, se foi
290 feita uma comunicação de que vai ter uma audiência pública e tal. Pelo menos
291 na ONG, somos voluntários. Pelas demais atribuições diárias, não
292 conseguimos ter esse acesso. Então, por exemplo, o que eu preciso entender
293 é esse processo. Por exemplo, já está discutindo o processo da Anglo, então,
294 eu gostaria de ficar sabendo se o processo está sendo discutido para eu poder,
295 de repente, ir à Câmara. Eu queria saber se eu posso pedir, como eu faço,

296 uma apresentação, ou se não posso, essas situações do dia a dia.” Presidente
297 Clésio Cândido Amaral: “Na realidade, todo o processo continua nas Suprams.
298 A publicação de audiência pública, quando vai entrar com EIA/Rima, essa
299 publicação compete à Supram. Então, compete à Regional fazer essa
300 publicidade, por exemplo, desse processo de audiência pública, independente
301 do tamanho do empreendimento, até classe 5 ou 6. Eles continuam com
302 análise aqui. No site, hoje, da SEMAD, nas reuniões da Câmara, a única coisa
303 que é feita é a deliberação do parecer da Supram. É lá que vai ser deliberado.
304 A votação de aprovação de determinado requerimento vai ser realizado pelas
305 Câmaras. Todo o processo continua na Regional, então, não perdemos essa
306 possibilidade. Os processos de audiência pública também continuam com
307 responsabilidade da Regional, então, qualquer empreendimento classe 5 e
308 classe 6 que tenham apresentação de EIA/Rima, que abram processo de
309 audiência pública é publicado da mesma forma que era antes. Isso não mudou,
310 então, nós continuaremos tendo prerrogativa. Todo empreendedor classe 5 ou
311 6 que entra com EIA/Rima e entra com processo de audiência pública, nós
312 encaminhamos para saber se alguém quer pedir também. Isso não vai mudar,
313 então, essa competência da URC não muda, essa competência dos
314 conselheiros não muda. A não ser, por exemplo, hoje, foi criada uma
315 Superintendência de Projetos Prioritários, que são projetos prioritários para o
316 governo como um todo. Esses vão ser analisados em Belo Horizonte. Então,
317 foi criada uma superintendência nova dentro do Estado. Por exemplo, uma
318 grande usina hidrelétrica, que pega quatro, cinco, seis municípios, por
319 exemplo, que é uma prioridade de governo, esse projeto vai ser analisado por
320 essa Superintendência de Projetos Prioritários. E não é qualquer projeto que
321 se torna prioritário. Tem uma série de regras que ele tem que cumprir para ser
322 considerado um projeto prioritário. Se ele não se enquadrar nessas regras, ele
323 continua sendo analisado pela URC de origem ou pela Regional de origem.”
324 Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Complementando essa
325 questão de projeto prioritário, é igual ele falou, todo um procedimento, não é
326 todo e qualquer projeto, pelo fato de ser classe 5 ou 6, que vai para a
327 Superintendência de Projetos Prioritários. Tem que passar em outras
328 secretarias, então, é um processo bem mais complexo para que o
329 empreendimento possa ser declarado como prioritário pelo Estado. Envolve
330 outras secretarias, outros órgãos.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “No caso
331 da Anglo, que é um caso mais complexo, acaba que tem várias tendências.
332 Essa possibilidade daquelas reuniões com a empresa dentro da Supram, com
333 os conselheiros, isso está garantido dentro daquilo que vocês estão falando?”
334 Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Sim, está garantido, é
335 aquilo que eu. Vocês podem solicitar porque a avaliação do processo técnico
336 continua. Desde que não seja declarado como prioritário pelo Estado, sendo
337 classe 5 ou 6, continuam sendo a cargo das superintendências nos termos da
338 circunscrição. Então, os conselheiros, as comunidades que se sentirem

339 atingidas vão procurar a superintendência, agendar reunião. Nós vamos
340 agendar, vamos receber, continua como está. As deliberações, as decisões,
341 aí, sim, na Câmara.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Mas nesse processo
342 de discutir, nós podemos recomendar para as Câmaras? Nós já tivemos várias
343 situações aqui em que o nosso parecer era diferente do parecer dos técnicos.”
344 Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Seria direcionado às
345 Câmaras Temáticas, e a avaliação vai depender deles.” Conselheiro Alex
346 Mendes Santos: “Outra pergunta. Por exemplo, eu estou com um problema
347 em Gouveia, uma barragem da Cemig, de 1940, não licenciada. Ela está
348 assoreada. Hoje eu posso trazer para o COPAM?” Wesley Alexandre de
349 Paula/Supram Jequitinhonha: “Hoje ela está no âmbito da Supram
350 Jequitinhonha. Pelo porte, se não me engano, classe 3, continua aqui na URC.
351 Em grau de recurso. A decisão é da superintendência, mas, se vier algum
352 recurso contra o licenciamento que foi feito, vai vir aqui para a URC. Recurso
353 contra a própria licença, recurso contra condicionantes, alteração, exclusão
354 vem aqui para a URC.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Lembra que nós
355 tivemos um problema com a comunidade? Aí eu solicitei que a Cemig viesse
356 à reunião para podermos discutir aquele tipo de problema.” Wesley Alexandre
357 de Paula/Supram Jequitinhonha: “Hoje não mais pelo porte, porque hoje a
358 URC não delibera. Hoje a competência dos empreendimentos classes 3 e 4 é
359 do superintendente. O processo vai estar disponibilizado na Supram, a equipe
360 vai estar lá, e todas essas demandas atinentes ao licenciamento vão ser
361 tratadas dentro da superintendência, junto da equipe técnica, que vai fazer
362 todas as avaliações. Se for preciso agendar uma reunião com qualquer parte,
363 com qualquer empreendedor que seja, nós vamos fazer. Está dentro da
364 análise do licenciamento. Qualquer demanda que chegar até nós. Sempre foi
365 assim, qualquer demanda que chega, nós tentamos levantar, tentamos fazer
366 uma análise técnica, uma análise jurídica se é pertinente ou não.” Conselheira
367 Silvana Regina Pauslauski: “E a composição dessas Câmaras Temáticas?
368 Talvez tenha um alcance maior. Quem são os representantes lá? São só os
369 técnicos do governo ou tem participação da sociedade civil?” Wesley
370 Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Também.” Presidente Clésio
371 Cândido Amaral: “A formação das câmaras é como se fosse uma URC, então,
372 tem representantes tanto da sociedade civil quanto do governo. Ela funciona
373 da mesma forma. O que acontece nessas Câmaras? Então, Câmara de
374 Atividades Minerárias, por exemplo, tem uma composição hoje com
375 organizações ligadas à questão minerária e pessoas de faculdades,
376 universidades, com essa expertise na questão minerária. A UEMG participa
377 de uma das Câmaras, tem a UFMG, em mais de uma das Câmaras nesse
378 sentido. O ICMBio participa. É como se fosse aqui na URC. A discussão, na
379 realidade, se torna um pouco mais técnica, e nós entendemos que às vezes
380 perde um pouco da realidade local, porque não é de conhecimento dos
381 conselheiros da realidade local, mas nada impede, por exemplo, a participação

382 de qualquer membro de qualquer conselho, de qualquer URC do Estado lá na
383 Câmara, no plenário, com direito a fala, com direito a se posicionar a respeito
384 daquele assunto. Todos as reuniões são publicadas no site da SEMAD, igual
385 anos fazemos, com a pauta de cada processo que vai entrar. Neste mês de
386 fevereiro, de 20 a 24 de fevereiro, haverá reuniões das Câmaras, e já está no
387 site do SEMAD a relação de todos os processos. E tem nessas Câmaras
388 processos da Regional Norte, do Leste Mineiro, do Triângulo, que vão ser
389 julgados lá, mas o julgamento e o modelo são o mesmo da URC. Não muda
390 nada.” Conselheira Soraya de Carvalho Neves: “Eu concordo plenamente com
391 o Alex de que nós perdemos muito com a criação dessas Câmaras. A primeira
392 coisa que perdemos é o histórico. Por exemplo, da Anglo, há mais de dez anos
393 de licenciamento nesta Casa, e todo mundo aqui quando vai renovar uma
394 licença ‘e a tal condicionante?’... Isso vai ser perdido, com certeza, porque não
395 vamos ter mais a chance de discutir ‘aquela condicionante não está sendo
396 cumprida’... A discussão com a população e o histórico que esta Casa tem de
397 todas as grandes mineradoras que estão instaladas por aí e vão vir a instalar
398 futuramente. E outras que poderão vir mais para frente. Tem várias que estão
399 querendo se instalar na região. Nós vamos perder toda a discussão inicial que
400 passou por aqui, por exemplo, com a instalação da Anglo. É lógico, é
401 importante termos um contato dentro da Câmara de Mineração,
402 principalmente, de grandes obras que vão impactar mais a população. O
403 importante seria conseguir um contato, uma conversa direta com o pessoal lá
404 para poder continuar tendo. E tem as questões de compensação ambiental
405 também, que antes eram todas aplicadas na região, e indo para lá nós
406 perdemos voz na hora de pedir parecer e discutir as questões de
407 compensação. Era isso que eu queria deixar registrado.” Presidente Clésio
408 Cândido Amaral: “Na realidade, a questão da compensação, por exemplo, não
409 perdemos, porque a compensação continua sendo discutida dentro do
410 processo de licenciamento ambiental, e ela vai para julgamento na Câmara.
411 Não perde a chance, por exemplo, em relação ao parecer, porque o parecer é
412 dado pela Supram. Mesmo na compensação ambiental, essa negociação é
413 feita na Regional, vai pronta para a URC. Uma coisa que não é problema e
414 não tem impedimento nenhum é sair, a partir da URC, qualquer moção,
415 sugestão, tudo ser encaminhado à Câmara Técnica. Isso não tem problema
416 nenhum, isso continua tendo a possibilidade. Da mesma forma que nós temos
417 na URC, essa condição de encaminhar uma moção, encaminhar uma
418 justificativa, pedir uma alteração ou manter uma condicionante, continua com
419 a prerrogativa de sair da URC e ir para a Câmara para ser julgada lá, além de
420 estar com os representantes e ser uma reunião aberta da mesma forma.”
421 Conselheira Silvana Regina Pauslauski: “Eu já fui conselheira do COPAM
422 quando descentralizou, quando foi criada a unidade aqui na região, e um dos
423 objetivos à época foi justamente a sensibilização sobre a realidade da região,
424 voltada para analisar os casos pelo pessoal que está aqui e sabe o que está

425 acontecendo. O senhor falou que o parecer será feito pelos técnicos daqui. De
426 fato, já ameniza um pouco esse problema maior que é esse distanciamento
427 dos componentes da análise técnica de Belo Horizonte para analisar. O caso
428 que está colocado aqui é da região, e a nossa preocupação é que seja
429 analisado lá sem a sensibilidade e o olhar para esses problemas que poderão
430 causar aqui para a região. Eu sei que são observadas as regras, as leis, os
431 decretos e tudo mais, mas, ao mesmo tempo, entender um pouco a realidade
432 da região, porque os problemas ficaram para cá e já aconteceram no passado,
433 muito antes de se trabalhar ou de se pensar em licenciamento ambiental de
434 uma forma tão profícua como está colocada agora. Nós temos o exemplo que
435 está colocado em termos do passivo ambiental de muitos anos e que não foi
436 resolvido.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “A diferença é porque, muitas
437 vezes, a parte técnica, o que muitas vezes nós colocávamos aqui, as grandes
438 decisões tomadas em benefício da comunidade, é porque nós conseguíamos
439 levar esse benefício para a comunidade. Foi o caso de Itinga, do
440 reaproveitamento dos resíduos, com estudo, e as empresas mesmo fazendo
441 isso e se envolvendo na educação ambiental a ser feita de forma diferenciada.
442 Então, é isso que estamos colocando, a dificuldade que muitas vezes o técnico
443 não vai colocar, de educação ambiental. Nós, da Caminhos da Serra,
444 pretendemos acompanhar. Então, qual é a forma, como nós podemos
445 acessar, mais facilmente, então, esses processos da Supram? Para que
446 possamos fazer como já foi feito, como em Carbonita, a empresa trabalhar a
447 formação, o melhoramento nos processos deles de artesãos. Em suma é isso,
448 porque nós sabemos que vão ter alterações, mas falta discutir aqui, ‘vamos
449 trabalhar isso’, e nós debatíamos e chegávamos a um consenso.” Conselheiro
450 Luiz Gustavo Patuzzi Bortoncello: “Senhores, nós podemos ficar três dias
451 reclamando da lei que ela não vai mudar. Ou pensamos em uma alternativa
452 ou passamos para o próximo ponto, porque nós vamos ficar três dias
453 reclamando de uma lei que está em vigor. Ou se questiona a
454 constitucionalidade da lei ou vamos pensar em alternativas. Nós temos
455 legitimidade para propor uma Adin aqui? Não, não temos. Então, nós podemos
456 pensar e representar a quem tem legitimidade. Ou seja, contra a lei, só dá para
457 fazer isso. Ponto dois. De que forma participamos desse novo processo de
458 regularização ambiental. Aos procedimentos continuam sendo dada entrada
459 aqui, eles ficam fisicamente aqui, e a decisão vai ser na Câmara Temática. Ou
460 seja, se criarmos o mecanismo de acompanhar o procedimento que dá entrada
461 aqui e que permanece aqui, nós conseguimos oferecer alternativas para quem
462 for o tomador de decisão. Eu não vejo outra alternativa. Ou se questiona a
463 constitucionalidade, mas isso, fazendo ou não fazendo, não nos impede de
464 criar um mecanismo de acompanhar empreendimentos de classes 5 e 6.”
465 Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “Nesse sentido,
466 complementando, a Supram vai estar aberta. Essa interlocução que vocês
467 conselheiros têm vão continuar a ter na Supram. E podendo, inclusive,

468 participar do acompanhamento desses processos. Como? Solicitando
469 informações a respeito do processo, sugerindo reuniões com a equipe para se
470 discutir determinados pontos do licenciamento que vocês entendam que deva
471 ter uma atenção maior, trazendo demandas das pessoas para dentro do
472 licenciamento e o que o promotor Luiz Gustavo falou: fazer esse processo para
473 levar para os tomadores de decisão, que são os membros da Câmara
474 Temáticas.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Como é o acesso hoje aos
475 processos que estão abertos?” Wesley Alexandre de Paula/Supram
476 Jequitinhonha: “Hoje, vocês têm acesso ao Siam. Vai continuar aberto o
477 acesso aos processos de significativo impacto em que há necessidade de
478 audiência pública. Vai continuar sendo encaminhado para vocês, e vai junto à
479 Supram solicitação de acesso, de cópia de estudos, de EIA/Rima, cópia digital.
480 Então, tem várias maneiras para que vocês continuem fazendo, participando
481 do processo, tendo conhecimento de sua tramitação, de sua análise. Isso é
482 aberto não só para os conselheiros, mas para qualquer um. Lá, nós temos
483 esse acesso, a lei nos obriga. Então, eu acho que essa parceria continua. É
484 reunião, equipe gestora do processo. Nós temos agora o novo diretor de
485 Regularização Ambiental, que chamávamos, antes, de diretor técnico, que é o
486 Gilmar, que está no lugar do Rodrigo hoje, então, é responsável pela equipe
487 técnica. Então, nós vamos continuar com as portas abertas para atender
488 qualquer demanda que chegue em relação ao licenciamento ambiental de
489 quem quer que seja. E essa participação vai ser mais fundamental ainda para
490 que as pessoas participem, demandem o órgão. De fato, houve um
491 desalinhamento, mas é igual o Clésio falou, há necessidade também de um
492 debate mais técnico por pessoas que lidam com aquilo no dia a dia, não sem
493 deixar a questão social, regional, que às vezes é mais complexa do que essas
494 questões mais técnicas. Então, as competências hoje das URCs ficaram
495 nesse sentido: propor normas e padrões para proteção e conservação do meio
496 ambiente no âmbito de sua atuação, observada a legislação vigente; submeter
497 à apreciação do Plenário ou da Câmara Normativa e Recursal assuntos de
498 política ambiental que entenderem ser necessários e convenientes; propor,
499 elaborar e avaliar diagnósticos e manifestar sobre cenários ambientais e
500 avaliações ambientais estratégicas, sugerindo diretrizes com vista à melhoria
501 da qualidade ambiental. Então, tem outras ferramentas para vocês proporem
502 política ambiental, tem outras ferramentas que não somente o licenciamento
503 e o acompanhamento do licenciamento ambiental. Autorizar a supressão de
504 cobertura vegetal nativa disciplinada na Lei 20.922/2013, conforme regra
505 estabelecida. Ainda está pendente de regulamento esse decreto. As COPAs
506 não existem mais. Com essa lei, mudou também. A decisão de supressão de
507 vegetação não vinculada ao licenciamento ambiental hoje é do
508 superintendente. A legislação deixa a cargo do Instituto Estadual de Florestas,
509 mas ainda não foi regulamentado, e o IEF hoje carece de estrutura para isso.
510 Então, eu acho que vai demorar um tempo. No decreto, é transitório, é

511 remetida essa competência para o superintendente dos processos que eram
512 subordinados à COPA. É uma questão até por restrição daquele termo de
513 responsabilidade fiscal, não está tendo como nomear. Precisa de uma
514 estrutura bem robusta para que o IEF assuma essa competência de autorizar
515 as supressões não vinculadas ao licenciamento ambiental. Mas isso eu acho
516 que ainda não tem uma previsão. Compete à URC decidir em grau de recurso
517 como última instância sobre: processo de licenciamento ambiental decidido
518 pelas Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Suprams) ou pela
519 SEMAD, admitida a reconsideração por essas unidades. E o caso dos
520 licenciamentos classes 3 e 4 em que a decisão é do superintendente. Em caso
521 de recurso contra a concessão ou não dessas licenças, caberá a essa unidade
522 regional decidir sobre isso. Decidir em grau de recurso sobre aplicação de
523 penalidade pelas práticas de infração à legislação ambiental, conforme
524 estabelecido em regulamento, de acordo com o valor da pena pecuniária
525 aplicada ao caso. Analisar e decidir sobre processo de licenciamento
526 ambiental não concluído no prazo de que trata o artigo 21 da Lei 21.972/2016,
527 de atividades e empreendimentos de pequeno porte, pequeno potencial
528 poluidor, de pequeno porte e médio potencial poluidor, de médio porte e
529 pequeno potencial poluidor, de pequeno porte e grande potencial poluidor, de
530 médio porte e médio potencial poluidor e de grande porte e pequeno potencial
531 poluidor. Empreendimentos que a DN define como classe 3. As AAFs, de
532 pequeno porte e pequeno potencial poluidor; de pequeno porte e médio
533 potencial poluidor, também classe 2; e os outros, de médio porte e médio
534 potencial poluidor, classe 3; e grande porte e pequeno potencial poluidor,
535 classe 3. Para os empreendimentos sujeitos a EIA/Rima, seria o prazo de 12
536 meses; para os não sujeitos a EIA/Rima, 180 dias.” Presidente Clésio Cândido
537 Amaral: “Só para acrescentar. Como não teremos mais AAF daqui a pouco,
538 será um processo de Licenciamento Ambiental Simplificado, isso cabe à URC,
539 posteriormente.” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “O LAS
540 foi criado em substituição às AAFs. É o Licenciamento Ambiental Simplificado,
541 que também está pendente de regulamentação. Vamos aguardar os estudos
542 que serão solicitados ou não. Vamos aguardar um pouco ainda a
543 regulamentação.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Na realidade,
544 atendendo a alguns questionamentos. Nós sabemos que hoje a extração
545 mineral que cai em classes 1 e 2 é apenas cartorial. Isso possibilita, com esse
546 processo de Licenciamento Ambiental Simplificado, termos a exigência de
547 apresentação de alguns estudos, como Prad, PTRF e às vezes até mesmo o
548 RCA/PCA, que são suficientes para atender à demanda de corrigir esse
549 processo como um todo. Então, não é um sistema de licenciamento complexo,
550 é simplificado, mas nos permite uma análise ambiental desses
551 empreendimentos que nós sabemos que são causadores de impacto
552 ambiental.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu acho que é um ganho esse
553 licenciamento, porque o outro não tem jeito de ser mais simplificado, porque é

554 o cara que decreta que não vai fazer nada.” Wesley Alexandre de
555 Paula/Supram Jequitinhonha: “É o que o Clésio disse, a AAF é mais cartorial.
556 Nós estamos aguardando a regulamentação de quais estudos poderão vir a
557 ser exigidos para esses empreendimentos. Também uma das competências
558 da URC é julgar a defesa dos processos de aplicação de penalidades pela
559 prática de infração à legislação ambiental, nos casos em que o ilícito cometido
560 pelo empreendimento ou atividade de grande porte causar dano à saúde
561 pública, à vida humana, ao bem-estar da população ou aos recursos
562 econômicos do Estado, conforme regra estabelecida em regulamento. Está
563 pendente também. E exercer outras atividades correlatas. Aqui também eu
564 coloquei a composição da URC Jequitinhonha. Essa composição foi definida
565 pela Deliberação COPAM 998, de 16/2/2016. Poder público: Seapa, Sede,
566 Sedinor, Seplag, Setop, PM; sociedade civil: Fiemg, Faemg, Fetaemg,
567 Federaminas, Codema do município da circunscrição territorial, dois
568 representantes de organizações não governamentais legalmente constituídas
569 no Estado para proteção: Caminhos da Serra; representante de entidade
570 reconhecidamente dedicada ao ensino, pesquisa, ou desenvolvimento
571 tecnológico ou científico na área do meio ambiente e da melhoria da qualidade
572 de vida; representante de entidade civil representativa da categoria de
573 profissionais liberais: Crea; representante de entidade de âmbito regional
574 cujas atividades tenham interrelação com o desenvolvimento das políticas
575 públicas de proteção ao meio ambiente. Agora falamos das atribuições do
576 superintendente regional em relação ao licenciamento: decidir sobre processo
577 de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental de
578 atividades e empreendimentos potenciais ou efetivamente causadores de
579 poluição e degradação ambiental. São os empreendimentos classes 3 e 4. E
580 também compete agora aos superintendentes decidir sobre defesas
581 interpostas contra autuação e aplicação de penalidades previstas na
582 legislação com valor superior a R\$ 4.981,89 Ufemgs. Embora tenha recursos
583 interpostos nas decisões, hoje também a Diretoria de Controle Processual
584 decide sobre autos de infração com valor superior a R\$ 4.981,89 Ufemgs.
585 Então, dá mais celeridade às análises dos autos de infração, porque nós
586 tínhamos um passivo muito grande. Hoje mesmo na Supram, com essa
587 mudança, só aqui na área da nossa circunscrição, são mais de 2.000 autos de
588 infração; são 2.016 autos de infração. Então, essa descentralização do
589 julgamento.” Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Eu gostaria de saber,
590 você falou em auto de infração. Nós estamos em Araçuaí, e, como acontece
591 caso chegue a Polícia Ambiental de Teófilo Otoni e queira nos multar lá, sendo
592 que a Supram é aqui. Eu perguntaria o seguinte. Como fica, como você está
593 falando, essa defesa? Esse pessoal está em Araçuaí, um sargento, um cabo
594 ou um soldado, falando em multa. Foi feita uma denúncia para eles, com 12
595 testemunhas, e eles não pegaram a denúncia referente à Copasa, que está
596 jogando rede de esgoto no rio Araçuaí. Então, para licenciar, Diamantina, para

597 multar, vem a polícia de Teófilo Otoni.” Wesley Alexandre de Paula/Supram
598 Jequitinhonha: “De fato, difere. Na nossa circunscrição da Supram
599 Jequitinhonha, os municípios sob a nossa jurisdição, vamos assim dizer, não
600 são os mesmos da jurisdição do IEF, por exemplo. E assim também é com a
601 Polícia Militar Ambiental. Depende da região. Creio eu que, inclusive, lá deve
602 ser a de Teófilo Otoni mesmo. Então, isso é regionalização, a composição, é
603 a polícia que decide essa regionalização. Não há obrigatoriedade que coincida
604 com a nossa jurisdição. A Polícia Militar Ambiental tem a jurisdição dos
605 municípios sob a responsabilidade dela. Diamantina tem um, Teófilo Otoni
606 tem, Valadares tem. A Polícia Militar é que faz a delimitação da área de
607 atuação dela e de seus comandos, de seus batalhões.” Conselheiro José Otoni
608 Alves Campos: “Mas eu acho que nós deveríamos trabalhar junto, porque
609 quem dá a licença é aqui. Como quem está no COPAM de Diamantina vai ter
610 conhecimento de uma multa aplicada pela polícia de Teófilo Otoni? Eu quero
611 até aproveitar, e que fique gravado, para fazer uma denúncia na Supram de
612 Diamantina referente à Copasa de Araçuaí. Eu venho falando há vários anos,
613 e continua, a jusante de Araçuaí está de um jeito que ninguém pode tomar
614 banho no rio, a jusante da cidade. Isso nos preocupa, porque fazemos a
615 denúncia, e fica por isso mesmo. E referente ao questionamento que estava
616 das leis, eu pergunto o seguinte. Seria interessante também, assim como o
617 governo tirou grande parte do nosso poder, poderia também voltar a fazer as
618 reuniões itinerantes. Eu pergunto a você. Será que eu vou andar 330 km para
619 chegar aqui e não ter nada para julgar, só para lero-lero? É aquele caso. Se
620 rouba uma galinha, vai preso. Os projetos maiores, que são do interesse do
621 governo, passam por eles. E será que é o interesse nosso, que estamos na
622 ponta? E será que o governo vai nos ouvir para saber se aquele projeto que
623 foi decidido em Belo Horizonte vai estar de acordo com a comunidade? Uma
624 vez que tirou os COPAMs, por que o governo não ouviu as Suprams, as
625 Regionais do COPAM para fazer essa lei? Eu concordo, plenamente, com o
626 doutor, com o promotor, não adianta discutir leis que já foram aprovadas.
627 Agora eu acho que nós merecíamos receber respeito e ser ouvidos antes de
628 essas leis serem feitas. Porque quem sabe não seria melhor acabar com o
629 COPAM?” Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha: “É como eu
630 disse, isso é uma política de governo, então, não temos ingerência, não temos
631 muito o que fazer. Em relação à Copasa, eu acho que já foram lavrados dois
632 autos de infração em relação à questão da ETE. Eu não posso falar aqui como
633 está o andamento, mas a Copasa, provavelmente, deve ter recorrido. Então,
634 tem todo um procedimento também. É lavrado o auto de infração, a pessoa
635 tem um prazo para recorrer, tem o prazo de análise. Somente quando são
636 esgotadas todas as fases de recurso é que se torna definitivo. A jurisdição, por
637 exemplo. Uma denúncia que chegar até aqui, o Núcleo de Fiscalização da
638 Supram Jequitinhonha tem jurisdição sobre Araçuaí. Mas a Polícia Militar, a
639 jurisdição dela é outra. Se você fizer uma denúncia no Nuden, que é o Núcleo

640 de Denúncias, provavelmente – mediante planejamento, porque a demanda é
641 muito grande, e o número de técnicos é muito pequeno –, vai ser atendido pela
642 Diretoria de Fiscalização da Supram. O que não impede também a atuação da
643 polícia, porque tem convênio, é delegada também, e eles fazem também esse
644 tipo de fiscalização.” **6) REGIMENTO INTERNO DO COPAM. Apresentação:**
645 **Supram Jequitinhonha.** Wesley Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha:
646 “Agora nós vamos entrar, especificamente, no Regimento Interno. O
647 procedimento para as reuniões que são realizadas pela URC está definido na
648 Deliberação Normativa 177, de 22 de agosto de 2002, que se divide em
649 capítulos sobre as disposições preliminares, das finalidades e competências
650 do COPAM, da organização do Conselho, dos órgãos seccionais de apoio, dos
651 recursos que serão julgados e decisões pelo COPAM e seus outros órgãos
652 colegiados e das disposições finais e transitórias. Também fala qual o
653 procedimento das reuniões e o papel dos colegiados, formação de Grupos de
654 Trabalho para definição de alguma norma, como foi criado agora também um
655 Grupo de Trabalho para revisão da Deliberação Normativa 74/2004. O pessoal
656 já está trabalhando nela, e eu acho que vai ter um novo parâmetro para
657 classificação de impacto, e o locacional, provavelmente, vai entrar para
658 definição do porte do empreendimento. E não só em relação ao potencial
659 poluidor e ao porte do empreendimento, mas também ao local onde está
660 localizado, que seria o fator locacional. É uma proposta que está sendo
661 discutida por esse grupo.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Isso é uma
662 nova determinação de impacto local. Estão definindo os empreendimentos que
663 podem até ser de grande porte, mas o impacto dele é local, ou seja, no
664 município. Então, isso vai sair do Estado e vai para o município, e a discussão
665 disso está no município, então, fica muito mais fácil discutir essa realidade
666 local. Isso tem que mudar também. Nós teremos empreendimentos de
667 pequeno porte, mas também de grande porte e cujo impacto é só local, e aí a
668 discussão vai para o município.” Wesley Alexandre de Paula/Supram
669 Jequitinhonha: “Geralmente, geram dúvidas sobre a definição que consta do
670 Regimento sobre o que vem a ser diligência. É muito comum ‘eu quero uma
671 diligência disso, eu quero uma diligência daquilo’, e na verdade a diligência é
672 o requerimento por conselheiro ou órgão ambiental de informações,
673 providências ou esclarecimentos sobre matéria pautada em discussão,
674 quando não for possível o atendimento na reunião. Se teve alguma dúvida
675 sobre o empreendimento, o que esteja sendo pautado e discutido, se não for
676 possível esclarecer essa dúvida na reunião, o processo pode vir a ser baixado
677 em diligência para que se esclareça esse ponto e faça uma análise dele, e na
678 reunião subsequente se traga resposta a esse questionamento, a essa dúvida
679 que porventura os conselheiros tenham. Questão de ordem também: é ato de
680 suscitar dúvidas sobre a interpretação das regras do Regimento. Não é toda
681 hora falar ‘pela ordem’. Na verdade, questão de ordem é ato de suscitar dúvida
682 sobre a interpretação das regras do Regimento, é quando há dúvida e não

683 para se manifestar, para falar. Então, questão de ordem é somente ato de
684 suscitar dúvida sobre a interpretação das regras do Regimento. Pedido de
685 vista é solicitação por membro do COPAM de apreciação de matéria em pauta
686 com intenção de sanar dúvida ou de apresentar proposta de decisão
687 alternativa. Uma vez pedido vista, o processo não é discutido e volta na
688 reunião subsequente com o relatório do conselheiro sobre aquele ponto que
689 ele quis esclarecer. Moção é o que nós fizemos, o Alex até cobrou aqui no
690 início. É ato do COPAM dirigido ao poder público ou à sociedade civil em
691 caráter de alerta, reivindicação, menção honrosa ou pesarosa. Aqui no caso
692 foi a questão da reivindicação, na última moção feita por este Conselho, que,
693 antes da emissão da Autorização Ambiental de Funcionamento para
694 empreendimentos minerários aqui na região, fosse feita uma vistoria prévia,
695 antes do ato autorizativo. Na verdade, é um ato declaratório. Então, antes
696 desse ato autorizativo que o autoriza a explorar, que fosse feita uma vistoria
697 prévia ao empreendimento. E essa moção fica sujeita a aprovação pelo
698 secretário de Estado. Não quer dizer que o que vocês propuserem aqui vai ser
699 deliberado, vai ser seguido, isso é uma decisão do secretário de Meio
700 Ambiente. Outra coisa importante aqui é o quórum de instalação. A URC é
701 composta por 20 membros, com o presidente são 21. Para que o quórum de
702 instalação, no início da reunião, ocorra é preciso de maioria absoluta. Na
703 verdade, é metade mais um. Seriam 11. Se não se atingir esse quórum de
704 instalação, a reunião não ocorre e é marcada para a sessão seguinte. O
705 quórum de deliberação já é diferente, é o quórum de decisão, maioria simples
706 daqueles que estejam presentes na hora de decidir. Se estiverem aqui, na
707 hora de decidir um processo, cinco, então, esses cinco vão decidir. Já ocorreu
708 de ficarmos até 2h da manhã, 1h, por questão de condicionantes. A ordem dos
709 trabalhos: pode-se pedir inversão de pauta e retirada de ponto de pauta,
710 julgamento em bloco. Isso em auto de infração é muito comum, é uma mesma
711 questão, julgar em bloco, retorno de vista ou diligência, votação de processos
712 de regularização ambiental, inclusão de condicionantes. No processo, era
713 muito comum, era julgada, deliberada a licença propriamente dita e
714 posteriormente se discutiam as condicionantes. E, várias vezes,
715 condicionantes que não constavam no parecer foram incluídas por deliberação
716 desta Unidade Regional Colegiada. O comparecimento do conselheiro versus
717 ausência. Há uma imputação aos conselheiros daquela instituição que se
718 ausentarem das reuniões. A instituição pode vir a ser suspensa ou até mesmo
719 pode vir a ser excluída da URC. Se faltar duas vezes consecutivas ou quatro
720 vezes de forma alternada, fica suspensa por três reuniões. Se for reincidente,
721 é excluída da Unidade Regional Colegiada. A presidência exerce o voto
722 comum e o voto de qualidade. No caso de empate, pode exercer esse voto de
723 qualidade para desempate. Tempo de manifestação do conselheiro: o
724 Regimento fala em dez minutos para cada conselheiro, mas às vezes pelas
725 discussões de empreendimentos nesta URC – o exemplo que temos – fica até

726 difícil limitar esse prazo de dez minutos. Mas o Regimento fala em dez minutos
727 para os processos colocados em pauta, em discussão. Seria o que cada um
728 teria para discussão do processo, de acordo com o Regimento Interno. Uma
729 coisa importante aqui, nós já tivemos um caso em que um conselheiro foi
730 declarado, por decisão até da presidência, impedido de se manifestar, que
731 estava atuando ou prestando serviço fora, serviços de consultoria e essas
732 questões todas. 'Artigo 51 - O membro do COPAM, no exercício de suas
733 funções em qualquer das unidades do Conselho, é impedido de atuar em
734 processo administrativo que tenha interesse direto ou indireto na matéria;
735 tenha vínculo jurídico ou empregatício contratual com pessoa física ou jurídica
736 envolvida na matéria; tenha participado ou venha participar de procedimento
737 como perito, testemunha ou representante ou cujo cônjuge, companheiro,
738 parente ou afim até terceiro grau esteja em uma dessas situações; esteja em
739 litígio judicial ou administrativo com o interessado, seu cônjuge ou
740 companheiro; esteja proibido por lei de fazê-lo.' É importante também o Artigo
741 52: 'O membro do COPAM que incorrer em impedimento deverá comunicar o
742 fato à respectiva Secretaria Executiva da estrutura colegiada, abstendo-se de
743 atuar. Parágrafo único - A falta de comunicação do impedimento constitui falta
744 grave para efeitos disciplinares. O artigo 53 também do Regimento: 'Pode ser
745 arguida a suspeição de membro de COPAM que tenha amizade íntima ou
746 inimizade notória com o interessado ou com seu cônjuge, companheiro,
747 parente ou afim até o terceiro grau. Parágrafo único - A recusa da suspeição
748 alegada é objeto de recurso sem efeito suspensivo.' Essas regras também se
749 aplicam aos membros da Câmaras Temáticas, que são estruturas do COPAM.
750 Então, o Regimento se aplica a todas essas estruturas. É importante também:
751 'O exercício das funções de membros do COPAM, em qualquer das suas
752 unidades, é vedado a pessoas que prestam serviços de qualquer natureza ou
753 participam direta ou indiretamente de gerência ou administração de empresas
754 que tenham como objeto o desenvolvimento de estudos que subsidiem
755 processo de regularização ambiental, bem como os que interfiram em
756 assuntos pertinentes à fiscalização.' Nós já tivemos um caso aqui, uma vez,
757 em que um conselheiro prestava serviço de outra natureza, de consultoria,
758 tinha relação com alguns processos que foram julgados. Então, teve uma
759 decisão que ele não podia votar, foi impedido de atuar no Conselho." **7)**
760 **CÓDIGO DE ÉTICA. Apresentação: Supram Jequitinhonha. Wesley**
761 **Alexandre de Paula/Supram Jequitinhonha:** "Tem também a apresentação do
762 Código de Ética. Por que a necessidade de vocês conhecerem o Código de
763 Ética? Porque na função que vocês exercem aqui vocês são agentes públicos
764 e têm relação com a administração pública. Mesmo que não seja remunerada,
765 vocês estão exercendo uma função pública. No exercício de função pública,
766 vocês também estão sujeitos a seguir as questões do Conselho de Ética. Esse
767 aqui é o do servidor público, e eu vou passar para que todos vocês tenham
768 acesso. Essa apresentação foi feita pela nossa colega Rosa Maria Cruz

769 Laender Costa, de Belo Horizonte, para podermos passar para vocês. Eu vou
770 mais fazer uma leitura rápida. O código de conduta ética do servidor da alta
771 administração pública estadual, seus deveres e atribuições, o que vocês
772 devem seguir. Está disposto no Decreto 44.644/2014. Também estão sujeitos
773 ao Conselho de Ética Pública, subordinado diretamente ao governador, e
774 também às Comissões de Ética. ‘O Código de Conduta Ética do Servidor
775 Público é um conjunto de regras que orientam e disciplinam a conduta dos
776 agentes públicos do Estado de Minas Gerais’. Eu volto a afirmar que vocês
777 são agentes públicos, em colaboração pública, portanto, sujeito a essas
778 regras. ‘Trata-se de instrumento que visa aperfeiçoar os relacionamentos da
779 organização na medida em que baliza princípios como a boa-fé, cortesia,
780 transparência, honestidade, respeito, dentre outros. Todo aquele que exerça,
781 ainda que transitoriamente e sem remuneração, por eleição, nomeação,
782 designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo,
783 mandato, cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da
784 administração pública direta e indireta’. ‘Termo de compromisso solene. Todo
785 agente público deve assinar ao entrar para o poder público esse termo de
786 compromisso. Significa ciência de submissão ao Código de Conduta Ética do
787 Agente Público e da Alta Administração Pública.’ ‘A Comissão de Ética tem a
788 competência de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor
789 público no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público com base
790 no manual de conduta. A Comissão Ética não é instância jurídica, seu papel é
791 de conciliar, mediar conflitos e preservar a honra e a imagem das pessoas. A
792 Comissão de Ética atua provocada pela Comissão da SEMAD pelo período
793 dos serviços. Todo trabalho da comissão é pautado no código, nas
794 deliberações e nas orientações do Conselho de Ética.’ Papel da comissão: não
795 é uma instância jurídica, mas de mediar. ‘Focar o conflito e não as pessoas,
796 lidar com diferenças, compreender o ponto de vista de cada um, capacidade
797 de se colocar no lugar do outro, ouvir com atenção e paciência, buscar o
798 funcionalismo, ser capaz de trabalhar com a pessoa com respeito, mesmo que
799 não simpatize ou concorde com ela, trabalhar em prol da conciliação e mediar
800 conflitos.’ Valores e princípios que norteiam e devem nortear a conduta de todo
801 agente público, seja servidor, agente em colaboração, transitório ou não: a
802 dignidade, a lealdade, a liberdade, a integridade, a justiça, a cortesia, a
803 escolha, saber dizer não. Algumas ligações éticas que se aplicam a vocês.
804 ‘Permitir que simpatia, privilégio, antipatias ou perseguições ou interesses
805 pessoais interfiram no trabalho; participar de qualquer outra atividade que
806 possa significar conflito de interesse em relação à atividade pública que
807 exerce.’ Isso está bem explicitado nos artigos que nós lemos do Regimento
808 Interno. ‘Desviar agente público para atendimento de interesse particular,
809 aceitar presentes, salvo os que não tenham valor comercial, como cortesias,
810 propagandas de eventos especiais ou datas comemorativas.’ ‘Ética é diferente
811 de obrigação ou imposição legal. Ética tem a ver com consciência, convicção,

812 adesão e escolha. Ética é convicção. É luta consigo mesmo.’ Conflitos: é
813 preciso estar ciente que de fazem parte da vida. Aqui nós lidamos só com
814 conflitos, às vezes ficamos até um pouco cansados, porque é sempre
815 dirimindo conflitos, interesses. E os interesses são diversos. Então, o que
816 vocês carregavam antes era muito mais decisões, decidiam sobre vidas de
817 pessoas como seriam. Então, você dirimir isso faz parte da vida, é natural do
818 convívio humano, e tem a questão de objetivos incompatíveis, divergência de
819 opinião e incapacidade de aceitar as diferenças. A solução é almejada por
820 todos, principalmente, pelos envolvidos. Quando se tem interesse fica difícil.
821 ‘A comissão pode mostrar o caminho da ética, mas a adoção de princípios e
822 valores está na consciência de cada um. É uma escolha. Agir com ética é
823 busca constante.’ Então, estamos na Supram abertos a dúvidas, ao que vocês
824 precisarem, porque nós somos o órgão que dá apoio a vocês, a nossa função,
825 basicamente, é essa.” **8) APRESENTAÇÃO SUPRAM JEQUITINHONHA.**
826 **Cumprimento da condicionante nº 54 da Revalidação da LO do PA**
827 **00094/1994/006/2009. Cemig Geração e Transmissão S/A. UHE Irapé.**
828 **Berilo, Botumirim, Cristália, Grão Mogol, José Gonçalves de Minas, Leme**
829 **do Prado/MG. Patrícia Carvalho Machado/Supram Jequitinhonha:** “Através de
830 uma demanda do Conselho, nós estamos trazendo aqui hoje o cumprimento
831 da condicionante 54, que trata da ponte de Itira. Foi feita uma solicitação para
832 que nós apresentássemos o status da condicionante. Então, vou ler a
833 condicionante, como ela foi redigida inicialmente. É a condicionante 54:
834 ‘Apresentar projeto de adequação do atracadouro do distrito de Itira ou outra
835 solução satisfatória, com respectivo cronograma de execução, a fim de
836 atender a demanda de travessia do rio Jequitinhonha, considerando que na
837 atualidade os usuários sofrem com a inoperância da balsa, devido à formação
838 do banco de areia. Prazo: 150 dias a partir do referendo da revalidação da LO’.
839 A equipe da Supram Jequitinhonha apresentou, na 92ª URC, um relatório com
840 todas as condicionantes vinculadas à licença concedida a Irapé, e essa
841 condicionante, quando nós a apresentamos, foi considerada descumprida. O
842 prazo era de 150 dias, mas nós levamos em consideração aqui a satisfação
843 quanto à amenização do impacto. O que não houve. O atracadouro foi
844 construído, só que, devido à força das águas das chuvas, ele foi levado. Então,
845 tem todo um histórico dessa condicionante no nosso relatório inicial. Nós
846 trouxemos isso para a URC, a Cemig se manifestou, e ficou acordado que iria
847 apresentar um cronograma à Supram Jequitinhonha com as novas ações.
848 Hoje, a condicionante continua como descumprida. No nosso relatório inicial
849 apresentado, nós informamos que seriam aplicadas as sanções cabíveis.
850 Hoje, a Cemig vem tratando dessa condicionante internamente, então, foram
851 feitas algumas ações após a 92ª URC. A Cemig, internamente, passou por
852 algumas etapas, que eu vou passar para vocês agora. Foram as seguintes.
853 No dia 21/9/2016, foi aprovada a versão final do estudo de alternativas ao
854 projeto básico da ponte sobre o rio Jequitinhonha. No dia 21/12/2016, foi

855 aprovado o volume final do projeto executivo contendo as especificações
856 técnicas, memorial de cálculo... No dia 9/1/2017, foi emitida um CRD, que é
857 um Comunicado de Resolução da Diretoria, que autoriza a abertura do
858 processo administrativo de licitação, bem como a contratação dos serviços de
859 construção da ponte sobre o rio Jequitinhonha e respectivos acessos. Todas
860 essas ações que eu li foram tratadas. Depois disso a Cemig realizou, junto à
861 Prefeitura de Araçuaí, entregou esses documentos à Prefeitura de Araçuaí no
862 dia 18/1. E no dia 7/2 foi encaminhado para a Prefeitura de Araçuaí o termo
863 de acordo, incluindo as questões relativas a desapropriação. De acordo com
864 a Cemig e o cronograma de obras, o início das obras vai ser em dezembro de
865 2017, e a conclusão, em março de 2019. Os representantes da Cemig estão
866 aqui para sanar qualquer dúvida que haja com relação a esse processo de
867 licitação, que nós acreditamos que existe um diferencial, pelo tamanho da
868 obra, a dificuldade em se fazer a licitação, porque é uma obra que vai
869 demandar um estudo técnico. Então, as licitações vão demorar um pouquinho
870 mais. Então, o que nós temos para apresentar é que hoje essa condicionante
871 está descumprida. E as ações para que seja resolvido o problema da travessia
872 do rio Jequitinhonha para o distrito de Itira estão sendo resolvidas, como eu
873 disse, internamente, pela Cemig e com a prefeitura.” Conselheiro Luiz Gustavo
874 Patuzzi Bortoncello: “A questão da travessia do rio Jequitinhonha, é
875 compreensível que a obra é vultosa, exige estudos. Eu gostaria de saber dos
876 representantes da Cemig qual é a medida paliativa que a empresa vai oferecer
877 ou está oferecendo para travessia do rio Jequitinhonha neste momento. Por
878 quê? O fato de a obra começar em dezembro e levar dois a três anos é até
879 compreensível. Agora a empresa tem o dever de oferecer uma via de travessia
880 alternativa, pouco onerosa, para os habitantes de lá. Minha pergunta aos
881 representantes da Cemig: o que a empresa está fazendo para minimizar o
882 descumprimento da condicionante e o atraso da obra?” Conselheira Bruna de
883 Souza Otoni: “A questão colocada da condicionante 54 é que a Cemig
884 apresentou à Prefeitura de Araçuaí. Está falando que vai começar em
885 dezembro de 2017 e entregar em 2019. E a prefeitura havia nos passado que
886 seria um cronograma de setembro de 2017 e entrega em dezembro de 2018.
887 Eu estou com o ofício do prefeito, eu acredito que todos os conselheiros
888 receberam uma cópia, mas eu vou ler para todos que aqui estão se inteirarem.
889 ‘Aos senhores conselheiros da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, do
890 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Referência: condicionante
891 nº 54 da revalidação da LO. O município de Araçuaí, pessoa jurídica de direito
892 público, com CPNJ ‘tal’, com sede na rua Dom Serafim, 434, em Araçuaí, com
893 seu representante legal, Armando Jardim Paixão, prefeito municipal, utilizando
894 das atribuições que lhe compete, vem por meio deste solicitar aos conselheiros
895 do COPAM que seja exigido o cumprimento integral da condicionante nº 54 da
896 revalidação da LO da Cemig Geração e Transmissão. Justifica-se a solicitação
897 visto que, após a construção da usina hidrelétrica de Irapé, localizada no rio

898 Jequitinhonha, no município de Grão Mogol, inaugurada em junho de 2006, a
899 travessia do rio Jequitinhonha na balsa de Itira, distrito do nosso município,
900 ficou inviabilizada. A constante variação do nível de água e o carreamento dos
901 bancos de areia através do leito do rio, causados pela forte correnteza,
902 proporcionados pela abertura de turbinas causada pela geração de energia
903 elétrica, impossibilitaram a utilização do atracadouro e a travessia da balsa,
904 gerando grandes dificuldades e acarretando prejuízos a algumas
905 comunidades. Sendo afetada diretamente a tradicional quilombola onde 380
906 famílias residem à margem esquerda do rio e a circulante da região que
907 abrange tanto a área de Coronel Murta até o distrito de Itira. Em reunião
908 realizada no dia 18/1/2017, na sede da Prefeitura Municipal de Araçuaí, foi
909 reapresentado pela Cemig o projeto hidrelétrico de Irapé, com implantação de
910 ponte rodoviária sobre o rio Jequitinhonha, no distrito de Itira, como solução
911 para reorganizar o acesso à margem esquerda do rio e reparar os prejuízos
912 suportados pela população. Porém, com alteração significativa no cronograma
913 inicial, o que impacta diretamente o tempo final da construção adiando
914 sobremaneira a solução necessária e acordada e ferindo diretamente o direito
915 de deslocamento da população. A ponte de Itira, além de reparar os danos
916 diretos provocados pela barragem, trará grandes benefícios para a região,
917 como a reversão do êxodo rural em função das dificuldades de acesso, melhor
918 qualidade de vida da população, o desenvolvimento da região trazendo novos
919 investimentos na área agrícola, florestal, pecuária em geral, com geração de
920 emprego e renda; atração de investidores para a região; acesso da população
921 atingida aos serviços públicos de saúde, educação e segurança, após a
922 conclusão da obra. Certos da sensibilidade dos senhores às causas
923 ambientais e à justiça do pedido feito, agradecemos a atenção e renovamos
924 os votos de estima e consideração.’ Além da comunidade quilombola, nós
925 temos um assentamento e também temos aldeia de origem indígena que
926 também dependem dessa travessia que hoje é inviabilizada. É feita hoje de
927 forma perigosa, porque tem uma corda, e o balseiro, como não consegue
928 remar, para não correr o risco de virar a canoa, ele puxa a corda, e sem
929 assistência da Cemig em relação a isso, de medidas de minimizar o impacto.
930 Além disso, temos a questão do acesso. Para ter acesso à cidade de Araçuaí,
931 eles têm que passar por dentro de uma estrada que sai no distrito de Itira, para
932 depois voltar para Itira e depois voltar. Então, é praticamente inviável, e o
933 tempo demandado. O que a prefeitura vem colocando é que não consegue dar
934 assistência médica; as crianças para ir à escola sem atravessar por meio
935 dessa balsa. Então, ela solicita que os conselheiros votem a favor de que
936 sejam cumpridos o cronograma e a construção da ponte.” Conselheiro José
937 Otoni Alves Campos: “Eu estive presente nessa reunião do dia 18 de janeiro,
938 e o cronograma de início da obra estava para setembro deste ano. Agora já
939 passou para dezembro. Então, eu gostaria de saber o seguinte. Como nós
940 vamos ter a garantia de que essa ponte vai ser feita uma vez que o estudo e

941 o projeto inicial foram feitos pela Cemig e foram dados 150 dias de prazo e
942 isso já deve ter quatro anos? Eu até queria parabenizar a Cemig porque não
943 foi só solicitação da comunidade. A Patrícia se esqueceu de colocar a reunião
944 que nós tivemos na comunidade de Itira. Naquela oportunidade, você verificou
945 que a condicionante não estava cumprida, e a Cemig, de livre e espontânea
946 vontade. Nós fomos preparados para pedir a ponte, e o Dr. Adriano já veio
947 com o cronograma pronto. Agora o que nos preocupa é que nesse cronograma
948 estava previsto para a ponte ser iniciada em 7 de abril de 2017, e a licença da
949 Cemig, da LO, vence agora em dezembro de 2017. Então, de 7 de abril até
950 dezembro já tinha muita coisa palpável, e nós podíamos ter praticamente a
951 segurança que seria feita. O meu questionamento é o seguinte, porque até
952 agora eu acredito que a Cemig já gastou R\$ 700 mil, R\$ 800 mil em uma obra
953 que vai custar R\$ 14,7 milhões, conforme apresentação pela Cemig. Então, a
954 nossa preocupação. Para isso, presidente, está aqui o presidente da Câmara
955 de Araçuaí, os vereadores que têm interesse e reconhecem que são
956 representantes da comunidade de Araçuaí. E eu quero até perguntar, senhor
957 presidente, se o pessoal que está inscrito vai falar antes da Cemig ou depois.”
958 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eles vão falar depois. Assim que os
959 conselheiros acabarem de se pronunciar, a comunidade vai falar, e a Cemig
960 vai responder a todos os questionamentos.” Conselheiro José Otoni Alves
961 Campos: “Então, eu tenho duas perguntas para fazer à Cemig. Antes das duas
962 perguntas, eu quero parabenizar a Cemig por ter saído de dentro do distrito e
963 colocado a ponte a montante do distrito de Itira. A Cemig está de parabéns.
964 Para não acontecer como o caso da ponte que Lula deu para Itinga. A ponte
965 foi feita dentro da cidade, e hoje o prefeito proíbe de passar nessa ponte
966 porque ela está danificando a cidade, os veículos pesados estão danificando.
967 Ela tem capacidade, mas está danificando a cidade. Então, a Cemig está de
968 parabéns, os engenheiros que tomaram essa decisão. Está aqui a Geralda,
969 está aqui a presidente da Associação de Itira. E nós já tínhamos pedido que
970 essa ponte não fosse dentro de Itira, então, vocês estão de parabéns porque
971 mudaram essa ponte. Essa ponte é para atravessar gente e também a riqueza
972 da região. Não adianta nada fazer uma ponte que só vai atravessar gente, nós
973 queremos uma ponte que seja realmente usada para tudo isso. Então, agora
974 as perguntas. O que pode ser feito para que a Cemig cumpra o cronograma
975 apresentado por ela? Qual o compromisso que a Cemig tem e pode fazer ou
976 garantir a toda a comunidade de que, mesmo que essa ponte seja iniciada fora
977 do prazo, nós podemos garantir que ela será executada? Uma vez que já
978 temos 46 anos de Araçuaí, e tem vários projetos no Estado que começam,
979 realizam 40%, 50%, e são abandonados. Então, a nossa preocupação é
980 simplesmente essa preocupação. Nós acreditamos na Cemig, acreditamos
981 que já foi determinado, a diretoria está sabendo dessa ponte, todo mundo está
982 sabendo dessa ponte. Agora, nós estamos cansados dessa situação. Então,
983 a nossa preocupação é só uma. Nós vamos chegar aqui em dezembro e pedir

984 aos conselheiros para votar contra sabendo da importância de Irapé. A nossa
985 preocupação é que nos garantam. Essa ponte começando fora do
986 cronograma, de dois cronogramas. Hoje é 16, a reunião foi no dia 18, e tem
987 28 dias hoje que a reunião aconteceu. Já furou o cronograma em setembro,
988 outubro, novembro, dezembro. São quatro meses.” Conselheiro Rogério
989 Alexandre Alves de Melo: “Pelo que eu vejo, a discussão passa pela questão
990 de projeto. Porque existem dois cronogramas. Eu acho que a Cemig trouxe
991 um outro cronograma, que pode ser apresentado e fixado como aquele
992 cronograma que vai ser seguido, perante todos nós, conselheiros, e perante
993 este órgão. Não dá para ficar descumprindo condicionantes. Então, é isso que
994 eu penso.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Mais algum conselheiro quer
995 falar? Eu vou abrir agora, então, a palavra para a comunidade para seus
996 questionamentos.” Antônio Francisco da Cunha: “Senhor presidente, senhores
997 conselheiros, eu sou presidente da Associação Comunitária de Itira, venho
998 acompanhado da nossa engenheira ambiental, a Laís, representando também
999 a nossa comunidade. Eu peço aos conselheiros a colaboração de fazer com
1000 que a Cemig cumpra pelo menos a segunda proposta que eles fizeram, porque
1001 nós estamos na dúvida se eles vão realmente cumprir. Se já apelaram três
1002 vezes, por que não podem apelar outra vez ou até, infelizmente, até acabar
1003 essa construção? Infelizmente, nós estamos naquela suspeita de que vamos
1004 acabar perdendo essa ponte se não contarmos com a ajuda dos conselheiros,
1005 do presidente e de todos que estiverem aqui para nos ajudar, porque,
1006 infelizmente, a nossa comunidade é muito fraca. Mas nós estamos contando
1007 com a ajuda de todos.” Geralda Chaves Soares: “Meu nome é Geralda Chaves
1008 Soares, eu sou pedagoga e trabalho com as comunidades indígenas em Minas
1009 Gerais, principalmente no Jequitinhonha. Eu sou natural de Araçuaí. Essa
1010 região toda ao longo do rio foi alvo de um estudo da UFJM para uma
1011 caracterização da própria imagem, principalmente porque a Funai tinha feito
1012 um acordo para comprar uma fazenda onde funcionaria um centro de
1013 formação intercultural de indígenas, quilombolas e pessoal ribeirinho. Então,
1014 todos nós sabemos da dificuldade que está tendo para ter acesso. O acesso
1015 a essa fazenda é através de uma pequena canoa. E também essa questão
1016 que já foi citada, que é a dos quilombolas, com 350 famílias. Além das que
1017 estão assentadas no território da Fazenda Santana, tem a população
1018 quilombola que mora em um bairro de Araçuaí, que vai lá para plantar, para
1019 fazer farinha, cultivar alguns mantimentos que mantêm muitas famílias de
1020 Araçuaí. E essa comunidade é fundamental em Araçuaí, são mais de 2.000
1021 pessoas. A comunidade quilombola está presente em todos os setores de
1022 Araçuaí, desde a área de educação, de saúde, chapa de caminhão,
1023 trabalhador rural. Então, são pessoas muito importantes nesse sentido. E tudo
1024 isso está sendo interrompido por essa falta de acesso. Além disso, abaixo da
1025 maior ilha do Jequitinhonha, tem um assentamento que está na divisa de
1026 Araçuaí, em Coronel Murta. Esse pessoal, para vir a Araçuaí, têm que ir a

1027 Coronel Murta, pegarem o ônibus para vir para cá. Se eles tiverem uma
1028 doença, uma coisa urgente, assim como os quilombolas e outras pessoas
1029 dessas fazendas, têm que vir no lombo do burro ou então em uma moto velha
1030 ou de carro que seja, até esse ponto que a Cemig fez ali para atracar na
1031 canoa; são levados em uma canoa para subir o morro, pegar o ônibus para ir
1032 para Araçuaí. E esse é o trajeto das crianças. Eu estou ajudando em um
1033 projetinho da Secretaria Municipal de Educação, e nós estamos vendo o perigo
1034 que é quando o rio está cheio. Só tem uma canoa, esse pessoal todo
1035 atravessa, inclusive, atravessam moto na canoa, para vir estudar. Em Itira,
1036 pegam outro ônibus para poder vir para Araçuaí. Então, é o ser humano, nós
1037 temos que tratar isso com sensibilidade em relação a esse pessoal, que é um
1038 pessoal de baixa renda, que precisa ter acesso aos benefícios sociais no
1039 município. E tem a questão dos donos de fazendas, todas as fazendas foram
1040 desvalorizadas demais, eles não acham nem quem quer comprar. Como é que
1041 vão chegar lá? Precisam passar por Itinga, e são 140 km para sair de lá, passar
1042 em Itinga para chegar a Araçuaí. É demais. E para ir a Coronel Murta só tem
1043 a estrada do assentamento até Coronel Murta. Daí até Itira, por dentro, não
1044 tem estrada, só passa moto, gente a pé e a cavalo. Então, é mais um relato
1045 para sensibilizar os conselheiros e também a Cemig em relação a essa
1046 problemática.” Arlindo Souza: “Boa tarde aos senhores conselheiros e
1047 senhoras conselheiras. Eu venho aqui, encarecidamente, se não me engano,
1048 pela quarta vez, juntamente com o povo do município de Araçuaí,
1049 principalmente da comunidade de Itira. Eu vim pedir. Eu estou presidente da
1050 Câmara Municipal de Araçuaí pela quinta vez e sabendo como vivem aquele
1051 povo do povoado de Itira e aquelas pessoas que são os quilombolas e outros
1052 demais que moram do outro lado do rio Jequitinhonha. Eu peço,
1053 encarecidamente, a todos os conselheiros e aqui ao Ministério Público
1054 presente que, pelo amor de Deus, não conceda a licença para essa Cemig
1055 antes que pelo menos ela assine um contrato com um termo de que ela vai
1056 iniciar a obra e que pelo menos comece já. Imaginem que já se passaram dez
1057 anos – foi em 2006 –, e esse povo que mora às vertentes desse rio, a
1058 dificuldade que encontram, e os que moram do outro lado. As crianças
1059 precisam estudar. Antes da construção da barragem de Irapé, com certeza,
1060 era a nossa convicção de que vinha para trazer o desenvolvimento para o Vale
1061 do Jequitinhonha, e a barragem foi construída. Mas as pessoas que moram
1062 abaixo dessa construção, abaixo de Irapé, só Deus sabe como eles vivem,
1063 principalmente o povo que mora no distrito de Itira e aquelas pessoas que
1064 moram do outro lado, que são os quilombolas. Anteriormente, só encontravam
1065 dificuldade nas cheias. Para quem quiser ir e ver a distância que é esse rio, de
1066 mais de 200 m. Depois da construção da barragem de Irapé, nem as pessoas
1067 que moram do lado direito e do esquerdo conseguem hoje produzir uma cebola
1068 e um alface para se alimentar. Nem sequer essas pessoas conseguem
1069 atravessar uma moto para locomover as pessoas de um lado para outro.

1070 Porque, para a Cemig, quanto mais gerar energia, mais dinheiro. Ela abre as
1071 comportas e forma aqueles bancos de areia, e sequer essas pessoas
1072 conseguem atravessar. Esses quilombolas que moram do outro lado do rio
1073 Jequitinhonha, qualquer um de vocês e as entidades aqui representadas
1074 podem ter certeza: se alguém tiver de sair de Araçuaí e vir a Diamantina,
1075 posam ir até o local para fazer uma visita e saber o sofrimento dessas pessoas
1076 para se deslocarem dessas comunidades e passarem para o município de
1077 Itinga para ir a Araçuaí. São mais de 140 km, e ainda nem estrada tem. E vir
1078 aqui falar que houve uma reunião com a prefeitura. A prefeitura não consegue
1079 sequer nem fazer as estradas direito para o povo se locomover. É de
1080 responsabilidade da Cemig, e se passaram dez anos desde 2006, e até hoje
1081 não tem nada de concreto de que essa ponte vai ser construída. Pelo amor de
1082 Deus, eu peço a cada um de vocês que pensem nos filhos de vocês, nos
1083 nossos filhos. Qualquer um que tiver um filho do outro lado, àquela pessoa
1084 falta o óleo, falta o arroz, falta o feijão, e não tem condições de ir buscar no
1085 povoado porque não sabe se atravessa para o outro lado. E a bandidagem se
1086 acumula naquelas localidades, porque é muito fácil para o bandido passar e ir
1087 até lá. Praticam os roubos e escondem. Quando a polícia vem, já não
1088 encontram mais. Então, pelo amor de Deus, vamos ajudar o povo do município
1089 de Araçuaí, principalmente essas pessoas do lado esquerdo do rio, que
1090 precisam, urgentemente, para que possam se locomover pelo menos de um
1091 lado para o outro. A Cemig visa lucro, com certeza, beneficia todo mundo, mas
1092 nós não podemos prejudicar, principalmente, os mais pobres, aqueles que
1093 mais precisam. Eu quero agradecer aqui os vereadores Ramalho, Célia,
1094 Cláudio e as demais pessoas que vieram aqui lutar. E pedir a vocês para nos
1095 ajudar a fazer com que a Cemig cumpra.” Artur Júnior: “Eu vou recapitular,
1096 rapidamente, a nossa luta. Nós começamos a nossa questão com a Cemig
1097 assim que começou o funcionamento de Irapé, em 2006. Nos primeiros quatro
1098 anos, nós entramos em contato com a Cemig, e ela nunca nem nos respondeu.
1099 Nós vimos, através de indicação do promotor, procurar a reunião do COPAM.
1100 Aqui, realmente, nós fomos ouvidos. Mas a Cemig tem a cara de pau sempre
1101 de protelar tudo. São dez anos, nós estamos aqui desde 2010 no COPAM.
1102 Desde 2010 que nós estamos reivindicando no COPAM. No primeiro
1103 cronograma que ela apresentou, ela estaria começando a ponte agora. A
1104 ponte de Itinga, que seria do mesmo tamanho, demorou cinco meses para ser
1105 construída. A Cemig pediu um ano para construir. E agora apresentou um
1106 cronograma aqui, apresentou outro na prefeitura e está apresentando outro.
1107 Então, eu acho que vocês têm que ficar bem atentos, porque vocês vão julgar
1108 essa questão. Eu acho que tem uma norma interna aqui de que, quando não
1109 se cumpre uma condicionante, não tem direito a prazos. Fiquem atentos a isso.
1110 A Cemig não tem mais direito a prazo nenhum. Ela teria que começar,
1111 imediatamente, em abril, assim que colocou o cronograma na data de 2015 na
1112 reunião aqui, quando ela fez a proposta da ponte. Então, eu peço aos

1113 senhores que fiquem bem atentos. Não são 11 meses nem 11 dias, são 11
1114 anos. Tem 11 anos de sofrimento na nossa região. Só quem vive lá é que
1115 realmente sabe dos problemas que passamos na região. Nós temos uma
1116 propriedade que dista 10 km de Itira, e eu tenho que rodar 80 km. São 40 km
1117 de asfalto de Araçuaí a Itira, que só tem buraco. Vai caindo nos buracos.
1118 Depois tem 28 km de Itira à nossa propriedade, e eu gasto 1h30. Para terem
1119 ideia da qualidade da estrada. Então, eu peço aos senhores, porque a Cemig
1120 está tentando protelar, está tendo a cara de pau de estar tentando protelar
1121 mais ainda. Uma ponte que seria construída, acredito, em cinco ou seis meses,
1122 jogaram primeiro para 2017, depois para 2018 e agora 2019? Daqui há uns
1123 dias chegam aqui de novo, 'não, vai ser 2024'." Presidente Clésio Cândido
1124 Amaral: "Agora eu vou pedir que a Cemig se manifeste sobre os
1125 questionamentos apresentados." Representante da Cemig: "Primeiramente,
1126 eu queria agradecer a manifestação de todos, principalmente da comunidade,
1127 e lembrando a postura da Cemig de estar sempre conversando com a Supram
1128 com as nossas demandas. Eu sou o gerente responsável pelo Norte e Vale do
1129 Jequitinhonha, e nós temos essa incumbência de cumprir as determinações,
1130 não só do ponto de vista ambiental, socioambiental, mas técnico e regulatório
1131 do setor elétrico. No caso específico de Irapé, são 55 condicionantes. Em Três
1132 Marias e Queimados são algumas também. Então, são várias condicionantes,
1133 e nós procuramos, dentro do nosso esforço, direcionar nossos recursos e
1134 nosso tempo para encaminhar e agilizar o andamento das ações. Nós
1135 trouxemos aqui da Cemig, para esclarecer todas as dúvidas possíveis – caso
1136 não consigamos esclarecer todas, nós nos comprometemos a mandar depois
1137 –, o engenheiro especialista em meio ambiente, nosso engenheiro também
1138 especialista na parte de projetos, que pode detalhar para vocês também a
1139 complexidade e a robustez desse projeto do ponto de vista técnico e os
1140 desafios também do ponto de vista técnico e financeiro. E o Adriano, que é
1141 nosso coordenador de meio ambiente, que está sempre com vocês aqui. Eu
1142 queria não falar de cada uma das condicionantes, porque é uma questão da
1143 Supram, mas, em relação à 54, o Adriano vai fazer o histórico na sequência.
1144 Mas eu queria só comentar com vocês o que nós fizemos, principalmente
1145 nesse último ano, dentro dessa ponte, conforme o Dr. José Otoni comentou.
1146 É um projeto muito vultoso em termos de recursos e tempo e complexo em
1147 termos de projeto. Nós focamos, nesse caso específico, em contratar um bom
1148 projeto, uma boa empresa de projeto e achar qual era a melhor alternativa.
1149 Esse projeto foi contratado dentro dos nossos trâmites, foram feitas várias
1150 propostas de projetos. Isso é normal em termos de engenharia. Toda obra
1151 complexa de engenharia tem que ter avaliação do ponto de vista de
1152 segurança, do ponto de vista estrutural. Depois de várias análises, foi
1153 apresentado o projeto que passou a ser o mais interessante, que é desviando
1154 a ponte para o município. Passando essa parte de projeto, nós caminhamos,
1155 após o momento que a empresa passou no ano passado com a realidade em

1156 nosso país, das empresas em geral, para priorizar e viabilizar dentro do
1157 conselho. Pelo tamanho da obra, depende do conselho da empresa. Então,
1158 nós temos tentado, como é uma empresa estatal, priorizar esse valor para
1159 esse projeto ser aprovado. Nosso esforço no ano passado foi feito nesse
1160 sentido. Quando colocamos na Supram e para vocês que conseguimos a
1161 CRD, nós falamos que é o grande passo da governança, que é o Comunicado
1162 de Resolução da Diretoria. Sem esse comunicado, não tem como as áreas
1163 técnicas trabalharem. Nós temos esse comunicado. O Adriano, que é o
1164 engenheiro da obra, vai, na sequência, esclarecer para vocês a questão do
1165 cronograma e quais são os dificultadores. Lembrando também que o Adriano
1166 vai falar um pouco da história, porque o tempo se alonga, mas houve alguns
1167 fatos, alternativas de projetos que foram aprovadas, que, fizemos o projeto,
1168 construímos, e não deu o resultado que nós queríamos. Eu vou passar a
1169 palavra ao Adriano para detalhar para vocês todas as condicionantes.”
1170 Adriano/Cemig: “Boa tarde. Eu sou o engenheiro responsável pelo
1171 licenciamento da Usina de Irapé. O cronograma que apresentamos aqui em
1172 maio de 2015, inicialmente, em março, nós acompanhamos a equipe técnica
1173 da Supram, quando percorremos várias condicionantes em campo. Ao chegar
1174 ao local, a equipe técnica da Supram identificou aquela proposta que a Cemig
1175 tinha apresentado, inicialmente, executado e tentado fazer a entrega para a
1176 Prefeitura de Araçuaí em agosto de 2014. Inclusive, foi a reclamação do
1177 senhor José Otoni, ‘vamos esperar o período chuvoso para ver como aquela
1178 obra vai se comportar’. A condicionante falava de alternativa viável de
1179 travessia. A Cemig tentou construir um atracadouro, que era uma situação
1180 parecida com o que a comunidade local já usava naquela região. Essa
1181 situação, conforme vistoria da Supram e das demais pessoas que estiveram
1182 no local, não surtiu o efeito necessário, o efeito que a comunidade tanto
1183 ansiava. Aí o que aconteceu? Nós combinamos lá, em março, que a Cemig
1184 apresentaria uma proposta na próxima reunião do Conselho que aqui
1185 existisse. Essa reunião foi a 92ª, ocorreu em maio de 2015, quando a Cemig
1186 apresentou um cronograma. Na verdade, ela apresentou a proposta da ponte
1187 com um eventograma. E, nesse eventograma, o início das obras deveria
1188 acontecer em 7 de agosto. Porém, como o Sérgio comentou – o Sérgio gerente
1189 da Regional do Norte –, a governança da Cemig passa por vários ritos, e a
1190 construção de uma ponte desse vulto, em torno de R\$ 15 milhões, tem que
1191 passar por várias etapas internas na Cemig. E aí a Cemig, para conseguir
1192 cumprir um cronograma e executar uma obra sem desvios técnicos, de
1193 maneira mais assertiva, contratou uma empresa para fazer não só o projeto
1194 básico, mas, inclusive, o projeto executivo. Aí, a Transparência da Cemig. Se
1195 verificarmos o cronograma, a ponte deve estar finalizada, conforme
1196 cronograma apresentado em maio de 2015, em maio de 2018. Então, a partir
1197 da contratação dessa empresa e da definição do projeto, que, inclusive, tinha
1198 duas alternativas, a Cemig optou por uma segunda alternativa, uma travessia

1199 que sai um pouco da região de Itira até para afetar menos a estrutura da
1200 comunidade. Porque tem construções bem antigas ali. Com esse projeto
1201 executivo, se desenhou um novo cronograma, que é o que nós vamos
1202 apresentar aqui, inclusive, o projeto da ponte, com algumas fotos, para o
1203 pessoal ter conhecimento. O cronograma acertado é que a ponte, na parte de
1204 obra, na parte de campo, só começa em dezembro de 2017 e finalizaria em
1205 março de 2019. E aí o questionamento para nós é qual o compromisso da
1206 Cemig. A Cemig não está fugindo do seu compromisso, o que se estende pode
1207 ser o cronograma, em virtude da complexidade do projeto. A condicionante foi
1208 considerada descumprida em virtude do prazo inicial de 150 dias, que era a
1209 alternativa de travessia, porém, na 92ª reunião, o texto se manteve o mesmo,
1210 porém, o cronograma hoje está vigente, que é 9 de maio de 2018. Então, o
1211 prazo hoje para cumprimento de condicionante é maio de 2018. Ajustando ao
1212 projeto executivo que vai ser apresentado para os senhores agora, nós temos
1213 tem um novo cronograma e o total compromisso de a Cemig construir a ponte.
1214 Nessa vistoria que nós fizemos em abril de 2015, o que ficou acertado, até
1215 então, com a vice-prefeita de Araçuaí, é que eles continuariam fazendo a
1216 travessia com a balsa e forneceriam os coletes salva-vidas para a segurança
1217 das pessoas. Esse foi o compromisso da vice-prefeita, na época, em março
1218 de 2015.” Conselheiro Luiz Gustavo Patuzzi Bortoncello: “A minha pergunta é:
1219 qual alternativa a Cemig está oferecendo ou vai oferecer? Quem deve cumprir
1220 a condicionante não é o município de Araçuaí, é a Cemig. Então, a minha
1221 pergunta é... Tente não falar a palavra ‘cronograma’ para mim. Eu quero a
1222 resposta da travessia. Até março de 2019, como 2.000 pessoas vão usar o
1223 rio?” Adriano/Cemig: “A proposta da Cemig, até o momento, ela não tem
1224 nenhuma proposta alternativa a essa ponte que vai ser construída. A proposta
1225 da Cemig é a construção da ponte e, conforme acordado com a prefeitura em
1226 março de 2015, essa travessia seria responsabilidade da Prefeitura de
1227 Araçuaí.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “É bom estar aqui no COPAM
1228 justamente nesses processos, por isso falamos que estamos perdendo,
1229 porque a Cemig é recorrente. Nós já aprovamos aqui, inclusive, com os
1230 contras da Licença de Operação, porque isso não foi cumprido. Aí foi dado
1231 novo prazo, e, pelo visto, não está sendo cumprido. Eu me lembro quando da
1232 reunião do Jequitinhonha, quando havia a itinerante – então, já deve ter
1233 bastante tempo –, nós passamos a Itira para visitar, e já havia o problema.
1234 Essa questão do rito não é problema nosso, não é problema das comunidades.
1235 E isso tem sido falado aqui sempre, a questão econômica. E a Cemig acaba
1236 de construir um prédio maravilhoso para a sede dela em Belo Horizonte, então,
1237 realmente eu acho que também não há esse tipo de problema. Há problema
1238 de prioridade, e, como sempre, as comunidades são colocadas em segundo
1239 plano. A Cemig fala que ela não foge, mas ela não foge e também não resolve,
1240 não realiza nada. Então, não consegue resolver esse problema aqui. Ela pode
1241 até não fugir da discussão, mas é sempre assim. ‘Qual que é?’ ‘No momento,

1242 nós não temos proposta'. Então, a Cemig tem imposto esse sofrimento, essas
1243 dificuldades e esses custos para a população que eu acho que cabe aí ação
1244 até da comunidade de danos morais e de danos materiais, porque é um
1245 absurdo. Isso vem se arrastando. Pelo que foi dito por nós nas outras vezes,
1246 não podemos sair daqui sem uma solução para isso. E novamente estamos
1247 aqui discutindo um problema de 12 anos atrás, recorrente." Conselheiro José
1248 Otoni Alves Campos: "A nossa preocupação é a seguinte. Quando vemos a
1249 solução e acreditamos em um negócio, o que nós temos que fazer? Porque
1250 informa que vai começar em abril de 2017 para, de repente, começar em
1251 dezembro. É uma mudança muito grande. Uma vez que foi feito um
1252 compromisso com a comunidade, uma vez que a Cemig já tinha um plano,
1253 sabendo que é um rio federal, na época em que fez o levantamento do rio, ela
1254 tinha feito a recomposição de área que usufruiu. Então, o compromisso nosso
1255 foi de tentar facilitar o máximo. Pelo que eu entendo, a Cemig nos procurou
1256 em janeiro porque sabia que estava em pauta agora em fevereiro. Pelo menos
1257 é isso o que passa para nós. E outra coisa: a Cemig tem um contrato com a
1258 Aneel, e, quando falta energia em algum imóvel, para algum consumidor de
1259 energia, ela tem um prazo de restabelecer aquela energia, e ela não vem
1260 cumprindo o prazo. O pessoal vai, hoje é tudo terceirizado, chega a Itinga,
1261 atola e volta. Vai passar por Coronel Murta, não tem ponte mais, acabou a
1262 estrada, e acaba que têm pessoas lá, comunidades que às vezes ficam sem
1263 luz 24 horas. Apesar de hoje ter telefone por todo o canto. Inclusive, em Itira,
1264 hoje, tem uma torre de telefone celular. Então, nós ficamos naquela dúvida.
1265 Você falou que é uma estatal, mas uma estatal que às vezes muda diretoria,
1266 muda presidente, muda conselheiros. E daí? O que força um grupo de
1267 conselheiros, um presidente da Cemig, um compromisso feito com este
1268 Conselho. E daí? Como vai ficar? E nós estamos cheios de projetos, cheios
1269 mesmo. Esses dias o governador ligou para a Supram, esteve em Araçuaí, e
1270 perguntou: 'E a barragem de Santa Rita, o que vocês sabem falar disso?' A
1271 Cemig chegou a montar canteiro de obra, desapropriou todo mundo, colocou
1272 energia no local, começou a obra. Cadê a barragem? Então, pergunta-se:
1273 quanto a Cemig gastou em Santa Rita? É nossa preocupação, porque R\$ 1
1274 milhão para quem tem um lucro de R\$ 4 bilhões não é nada. O que é isso de
1275 prejuízo? A nossa preocupação, Adriano, é que nós estamos prontos para
1276 ajudar. Inclusive, na negociação que teve lá agora, nós entramos,
1277 participamos, a pessoa nos procurou. A nossa preocupação é que vai
1278 chegando a um ponto... Como o Alex falou, quando acompanhamos tudo... Eu
1279 estava no lançamento da pedra fundamental, quando o governador de Minas
1280 e o presidente da Cemig na época falaram: 'A partir de agora, para quem
1281 estiver na margem do Jequitinhonha, não haverá mais problema, porque não
1282 vai ter seca e não vai ter enchente.' Seriam 70 cm de variação, para mais e
1283 para menos. E hoje, se tem consumidor, a Cemig liga as três turbinas, aí o rio
1284 sobe 1,5 m. Se não tem, volta lá para baixo. E a quantidade de bomba que vai

1285 embora, a quantidade de prejuízo que o pessoal tem eles não vêm aqui falar.
1286 Nós não perguntamos isso à Cemig, foi o presidente da época que falou.
1287 Talvez o presidente de hoje nem saiba que, na pedra fundamental, que Itamar
1288 Franco lançou em Araçuaí, o presidente da Cemig na época falou isso. ‘Vocês
1289 podem ficar tranquilos que não vai ter enchente.’ E outra coisa: eu não sei se
1290 vai ter problema com a Marinha, porque eu nunca vi tanta formação de ilha
1291 igual está acontecendo agora no rio Araçuaí, no rio Jequitinhonha, a jusante
1292 da barragem de Irapé, principalmente nos municípios de Coronel Murta e
1293 Itinga. Eu não sei o que está acontecendo, mas é um caso. Nós estamos
1294 prontos para a ajudar a Cemig, prontos mesmo, está aí o presidente da
1295 Câmara, e eu tenho certeza de que, se vocês mandarem agora para o prefeito,
1296 o que depender da Prefeitura de Araçuaí será feito, o que depender da Câmara
1297 será feito. Então, eu acho o seguinte: e se mudarem os conselheiros da Cemig,
1298 como é que nós ficamos?” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Senhor
1299 presidente, só uma questão de ordem. É porque me ocorreu aqui que nós
1300 estamos discutindo e, pelo Regimento novo, essa discussão aqui não vale. Eu
1301 queria saber, porque nós não estamos em uma condição de impor, e essas
1302 são só considerações. Então, eu acho que esse é o nosso grande problema
1303 hoje.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Todas essas considerações,
1304 enquanto o processo estiver em trâmite, podem ser levadas ao processo e
1305 elas deverão ser consideradas na análise do processo como um todo. Então,
1306 se há questões que estão sendo levantadas pela comunidade e que, de
1307 repente, o processo não avaliou, elas vão ser avaliadas. Então, não é uma
1308 discussão improdutiva, infrutífera, de forma alguma. Está sendo colocado aqui
1309 dentro do Conselho, dentro da URC, como estamos anotando tudo, e vai ser
1310 avaliado dentro do processo da Cemig. Então, eu não considero como sendo
1311 uma discussão improdutiva, ela tem a sua validade. No processo decisório, lá
1312 na Câmara, quando for votada, não, mas, no processo de avaliação e até ser
1313 pautada alguma condicionante dentro do processo, conforme for a avaliação
1314 técnica, pode ser considerado. O processo continua sendo analisado pela
1315 Supram Jequitinhonha. Enquanto nós estivermos aqui na Supram
1316 Jequitinhonha avaliando todo o processo, analisando as condicionantes,
1317 qualquer questão levantada pela URC e pela comunidade junto à Supram vai
1318 ser levada em consideração na análise. Então, tudo isso que está sendo
1319 colocado vai ser avaliado pelos técnicos da Supram. Então, nós continuamos
1320 tendo esse poder, não de decisão, mas de interveniência no processo para
1321 melhorar e chegar a um resultado que seja benéfico para todo mundo, seja a
1322 comunidade ou seja a própria Cemig.” Adriano/Cemig: “Para esclarecer
1323 melhor, eu acho que nós poderíamos voltar para a apresentação, porque fica
1324 mais prático. Mas só para falar para o José Otoni, a reunião, em janeiro, na
1325 Prefeitura de Araçuaí, só ocorreu nesse período porque, em setembro, a
1326 Cemig recebeu o projeto básico e resolveu fazer um aditivo para ter um projeto
1327 já executivo. E esse projeto executivo foi aprovado em dezembro. Logo após

1328 a aprovação desse projeto e a defesa no Conselho de Orçamento da empresa
1329 é que nós fizemos a reunião com a Prefeitura de Araçuaí. Aí já tinha toda a
1330 definição do que iria ocorrer com a ponte, já com o projeto executivo.” Antônio
1331 Pedro/Cemig: “Boa tarde a todos, meu nome é Antônio Pedro, sou engenheiro
1332 civil da Gerência de Engenharia Civil, Expansão e Geração. Eu tive a
1333 oportunidade de passar por algumas fases desse projeto básico, do processo
1334 de licitação do projeto básico e do projeto executivo. E vou passar agora um
1335 breve histórico com foco no projeto. Sobre a condicionante de Irapé, só
1336 frisando a localização. Está no Sudeste brasileiro, no Nordeste do Estado de
1337 Minas, no Médio Jequitinhonha. Temos uma foto de onde tem a comunidade,
1338 cruzando o rio Jequitinhonha com o rio Araçuaí. Um breve histórico até para
1339 reforçar o que já foi dito aqui. Nós tivemos, no dia 4/3, no Conselho Estadual
1340 de Política Ambiental (COPAM) e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
1341 a constatação de que a estrutura construída não atendeu à condicionante 54.
1342 No dia 25/5/2015, na 92ª reunião, ordinária, do COPAM, com a presença da
1343 Supram, realizada na cidade de Diamantina, foi proposta pela Cemig e
1344 aprovada pelo COPAM a construção de uma ponte para atendimento definitivo
1345 da condicionante 54. No dia 30/3/2016, foi realizada a contratação de projeto
1346 básico, projeto executivo e orçamento detalhado. Aproveitando o gancho aqui
1347 do José Otoni, quando ele parabenizou, de um modo geral, isso foi um dos
1348 maiores impactos que nós tivemos no projeto e que nós também não havíamos
1349 previsto. Nós contratamos o projeto básico, e foi identificada uma interferência
1350 significativa com essa comunidade de Itira referente à fase a execução das
1351 obras. Foi estudado e proposto um novo local para implantação da ponte,
1352 visando ao menor impacto à área urbana e propiciando um traçado melhor e
1353 mais seguro. Para a definição do novo eixo da ponte e seus respectivos
1354 acessos, bem como para a execução dos trabalhos de campo e para o
1355 detalhamento da execução, demandou um acréscimo de prazo. Fica muito
1356 claro, no desenho, o traçado inicial, construindo a ponte nesse trecho, e ela ia
1357 ter o encabeçamento onde está localizada a comunidade. Nós temos aqui a
1358 igreja de Nossa Senhora das Graças, aquela antiga, do lado direito. Quando
1359 nós nos deparamos com essa situação, situações colocadas até pela própria
1360 comunidade, ‘vamos ter que reestudar isso aqui, vamos mudar esse traçado’.
1361 Ao trazer para a montante, mudou um pouco o quantitativo que nós tínhamos
1362 previsto de projeto. A obra ia terminar nesse ponto, e nós tivemos que construir
1363 mais de 800 m de estradas, de acessos, de cortes. Então, mudou bastante
1364 para nós. A partir daí, nós concentramos nossos esforços para produzir os
1365 projeto básico e o projeto executivo com o novo traçado. Segundo o nosso
1366 histórico, no dia 21/9, entrega e aprovação da versão final do estudo de
1367 alternativas do projeto básico da ponte sobre o rio Jequitinhonha. Então, em
1368 21 de setembro nós tivemos o projeto básico, porém, para conseguir detalhar
1369 no nível de projeto executivo – o que demanda um esforço muito grande –,
1370 nós conseguimos que a empresa entregasse para nós e que fosse aprovado

1371 no dia 21 de dezembro de 2016 o volume final do projeto executivo, contendo
1372 todas as especificações técnicas, as memórias de cálculo estrutural, os
1373 volumes de desenhos. Foi um volume muito grande de projeto. Então, só em
1374 dezembro, nós conseguimos esse projeto executivo, o projeto que se vai
1375 utilizar para construir a ponte. No dia 19 de janeiro, foi emitida a CRD, o
1376 Comunicado de Resolução da Diretora, a autorização para abertura do
1377 processo administrativo para licitação, bem como a contratação de serviço
1378 para construção da ponte sobre o rio Jequitinhonha e seus respectivos
1379 acessos na comunidade de Itira, município de Araçuaí, visando ao
1380 cumprimento de condicionante. Então, só em janeiro. O que saiu aqui do
1381 projeto executivo foi a entrada para conseguirmos essa aprovação do recurso.
1382 Nós precisávamos desse projeto executivo concluído, com orçamento
1383 detalhado, para poder justificar e defender esse recurso que foi concedido.
1384 Status atual do cronograma do processo licitatório. Previsão do edital: março
1385 de 2017. Voltando àquela mudança de traçado, a expectativa era que isso
1386 acontecesse antes, mas, por mudar o traçado, aumentar o volume de serviços,
1387 de projetos de drenagem, projetos de escavação, esse prazo foi alongado e o
1388 projeto executivo, para atender todas as situações. Em função disso e todos
1389 os trâmites legais, nós estamos falando de um processo de concorrência
1390 pública, regida pela Lei 8.666, então, tem todo um rito legal que tem que ser
1391 cumprido. E nós estamos fazendo tudo da forma legal. Então, está prevista a
1392 publicação do edital em março de 2017, e apresentação das propostas até
1393 julho de 2017, porque tem que ter um tempo hábil aqui dentro. As empresas
1394 podem solicitar visitas técnicas, que têm que ser agendadas pela empresa,
1395 para ir aos locais. Têm todas as questões legais do processo de concorrência
1396 pública. O resultado da concorrência está previsto para agosto, a
1397 homologação do resultado para setembro, e a assinatura do contrato para
1398 outubro. Talvez não ficou muito claro, quando falamos da obra em dezembro,
1399 inclusive, no nosso cronograma está início de dezembro, é porque, da
1400 assinatura do contrato até o início da obra, outras atividades acontecem, toda
1401 uma mobilização precisa ser feita. Então, quando eu falo assinatura do
1402 contrato em outubro, não quer dizer que a obra começa em outubro. Na
1403 verdade, começa, mas tem toda uma mobilização. Então, quando falamos de
1404 início de obra, é início de obra em dezembro, mas a assinatura do contrato,
1405 quando vai ser firmado o contrato com empresa construtora, isso vai ocorrer
1406 antes. E os processos de licenciamento ambiental, de desapropriação das
1407 áreas e dos acessos de interligação da ponte, bem como as demais atividades
1408 socioambientais necessárias, se encontram em andamento nas áreas
1409 responsáveis pela Cemig. Estão sendo feitos todos os esforços com os
1410 proprietários das margens para conseguir executar isso. Trazendo aqui o
1411 cronograma já de implantação da obra, quando eu falei de dezembro, a
1412 previsão é 4 de dezembro. Eu ouvi também, foi comentado com relação ao
1413 tempo em que se poderia executar essa obra. Como engenheiro civil e por ter

1414 participado do projeto, eu trouxe alguns números aqui para mostrar para vocês
1415 a complexidade que é essa obra. Só para se ter uma ideia, só para
1416 mobilização, nós temos aqui a mobilização para escritório, oficina,
1417 almoxarifado, laboratório, banheiro, máquinas, equipamentos e diversos
1418 outros itens que são necessários para a mobilização. Só que tem a
1419 terraplanagem, nós estamos falando de uma limpeza de mais de 32 mil m² de
1420 área, uma escavação da ordem de 75 mil m³; uma regularização de 15.906
1421 m³; e uma extensão que vai ser trabalhada de 1.420 m, que é a extensão que
1422 hoje vai ter de acesso em função da mudança de traçado, que antes era um
1423 valor muito menor. Para vocês terem uma ideia da grandiosidade da obra, nós
1424 estamos falando aqui de uma ponte em concreto armado com mais de 880 m
1425 de extensão, não é uma ponte pequena. Uma ponte pequena seria de 20 m,
1426 30 m. Então, é um serviço de engenharia muito complexo. Nós nos
1427 debruçamos sobre o projeto e vimos a complexidade que é. São 28 vigas
1428 moldadas de 40 m de extensão, mais de 196 estacas em concreto para
1429 fundação, 12 pilares, 24 blocos, encabeçamentos para a ponte, com 16
1430 estacas cada um, de concreto; mais de 1.400 m de acesso; 271 toneladas de
1431 aço e mais de 4.000 m³ de concreto. Então, é realmente uma obra muito
1432 vultosa. Para vocês terem uma ideia, o projeto geométrico. Nós tínhamos a
1433 ponte terminando no encabeçamento no projeto anterior. Então, realmente,
1434 para deixar esse projeto no ponto, precisamos gastar um tempo a mais,
1435 precisamos de novos estudos. Então, temos a planta do projeto, já o projeto
1436 executivo. Trouxemos uma seção transversal da ponte para verem como vai
1437 ficar, com as imagens; o perfil longitudinal da ponte, uma visão das longarinas;
1438 os 28 blocos e as estacas; o perfil transversal da ponte, os blocos, os pilares,
1439 a fundação, as estacas, e o perfil da ponte; a ponte que vai estar lá, em 3D. O
1440 que eu posso deixar aqui para vocês é que nós, lá da engenharia, tivemos o
1441 cuidado e o tempo necessário para debruçar sobre os projetos e temos certeza
1442 de que estamos oferecendo um projeto com muita qualidade. Da parte técnica,
1443 podemos deixar claro para vocês que nós fizemos o melhor trabalho possível
1444 no menor tempo possível.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Mais algum
1445 questionamento dos conselheiros, mais algum detalhamento?” Conselheiro
1446 José Otoni Alves Campos: “Eu só quero deixar bem claro o seguinte, como
1447 disse o conselheiro Alex, que eu não tenho nem afilhado do outro lado do rio
1448 Jequitinhonha, nem afilhada. Nós acabamos de ver a ética dos conselheiros
1449 ali e quero deixar bem claro que nada me afeta, porque eu só falo a verdade,
1450 só falo o que eu tenho conhecimento. E gostaria, rapidinho, doutor Luiz
1451 Gustavo, de pedir ao senhor que entre conosco nessa briga porque talvez os
1452 funcionários da Cemig aqui não tenham conhecimento, mas em Araçuaí tinha
1453 um bairro, São Pedro, que não tinha energia, e já tinha mais de 500 casas e
1454 não tinha energia. E mandava pedido para a Cemig, mandava, mandava,
1455 mandava, 60 dias, seis meses, um ano, e a Cemig não respondia como ficaria
1456 a energia naquele bairro para os moradores colocarem a energia. Aí eu

1457 comecei a tomar frente da situação, fomos ao promotor, ele marcou audiência,
1458 convidou o responsável da Cemig para apresentar o orçamento, e ele foi. Nós
1459 pedimos: 'Doutor, nós queremos levar uma comissão de moradores porque
1460 nós queremos que o senhor dê um prazo à Cemig para nos apresentar o
1461 orçamento'. Aí o promotor deu 30 dias. E perguntou: 'Em 30 dias, você me
1462 entrega?' 'É, doutor, é o jeito né.' Então, quando o Ministério Público entra no
1463 negócio, muda a situação. Por isso eu quero pedir a você, Dr. Luiz. Como nós
1464 acabamos de ver, uma apresentação excelente, mas só agora em 9 de janeiro
1465 que foi autorizada, praticamente, a construção da obra da Cemig. E se não
1466 tivesse sido autorizada? Então, quando estamos pedindo uma coisa para a
1467 Cemig, isso aconteceu, é caso verídico, o diretor já se aposentou, está lá em
1468 Araçuaí. Então, eu gostaria que o senhor nos apadrinhasse e tomasse conta
1469 para nós disso aí. E seria até interessante receber o senhor lá em Araçuaí
1470 para que o senhor fosse in loco. O prazer é muito grande. É uma pena que o
1471 senhor mora aqui em Diamantina, porque, na época em que o Ministério
1472 Público foi criado, o promotor morava em Araçuaí, depois mudou para Teófilo
1473 Otoni, depois veio para cá. Então, na verdade, a parte ambiental foi criada
1474 para o promotor ficar em Araçuaí. Eu gostaria que o senhor nos visitasse lá
1475 para nos apadrinhar nessa briga e fazer o máximo para que a Cemig não
1476 possa mais uma vez ser decepção. Nós representamos, Dr. Luiz Gustavo, 55
1477 mil produtores rurais do Jequitinhonha e temos que defender. Lá do outro lado
1478 tem produtores rurais que estão sentindo. Do lado direito do Jequitinhonha,
1479 tem um amigo nosso que está vendendo 8 mil m² de terra por R\$ 80 mil,
1480 fazendo chácara. Do lado esquerdo, tem uma proprietária que vende terra até
1481 R\$ 5 mil o hectare porque não tem acesso. E isso não podemos mais deixar
1482 acontecer. E lá tem, aproximadamente, em termos de área territorial, 20% do
1483 município de Araçuaí, nesse lado esquerdo, e Itira é onde a cidade de Araçuaí
1484 começou. Araçuaí era para ser lá. Então, Dr. Luiz Gustavo, por favor, de livre
1485 e espontânea vontade, aceite Araçuaí para o senhor apadrinhar nesse caso
1486 da Cemig." Conselheira Soraya de Carvalho Neves: "Pela pauta, nós estamos
1487 votando aqui no caso o cumprimento da condicionante 54 para revalidação da
1488 LO. É isso? É só a revalidação da LO? Só a discussão? Na verdade, o
1489 cumprimento da condicionante só vai se dar no dia 4 de dezembro, se a obra
1490 estiver concluída." Presidente Clésio Cândido Amaral: "Na verdade, nós
1491 estamos fazendo uma apresentação. A condicionante foi descumprida, a
1492 Cemig vai ser autuada por isso, houve uma alternativa em relação ao projeto,
1493 a Cemig veio e apresentou um cronograma. Então, a continuidade do
1494 processo." Conselheira Soraya de Carvalho Neves: "Com relação ao que ele
1495 explicou da modificação do projeto, a protelação dos prazos em relação a isso,
1496 no caso, no serviço público, usamos aditivos ao projeto original, o que às vezes
1497 reduziriam esse tempo. Mas, como não foi o caso, vão abrir outra licitação,
1498 contratar outra empresa de engenharia ou a que vocês contrataram antes?
1499 Como ficou o contrato com a outra engenharia?" Adriano/Cemig: "O primeiro

1500 contrato foi para elaboração do projeto básico e do projeto executivo. Agora é
1501 uma nova licitação, para execução da obra.” Conselheira Soraya de Carvalho
1502 Neves: “Então, o que nós temos que discutir aqui seria: na verdade, essa
1503 condicionante é para minimizar o impacto que o empreendimento está
1504 promovendo na região. Como vocês só vão minimizar, definitivamente, em
1505 dezembro de 2019, nós temos três anos pela frente. No máximo isso, mas há
1506 atraso de obra também, no Brasil, nunca termina no prazo. Então, no mínimo,
1507 três anos para essa condicionante. Essa alternativa nós temos que discutir
1508 com a Cemig: o que ela vai propor nesses três anos para minimizar o impacto?
1509 Porque o impacto só vai ser minimizado quando a obra estiver concluída. Fora
1510 o impacto da própria obra na região, que eu acho que a Cemig tem que dar
1511 um apoio nessa questão.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “A Cemig já
1512 falou que não tem alternativa e que isso é uma responsabilidade da prefeitura,
1513 embora o processo, o impacto ambiental e o impacto social foram causados
1514 em função dessas questões todas da hidrelétrica. Eu acredito que deve ser
1515 questionado pelo Ministério Público, para a Cemig, como parte desse
1516 processo de licenciamento ambiental.” Adriano/Cemig: “A condicionante fala
1517 de alternativa viável de travessia na região de Itira. A Cemig apresentou um
1518 projeto inicial, que não foi efetivo, e a aí a condicionante foi considerada
1519 descumprida. Inclusive, a Cemig já foi autuada, já pagou uma multa em
1520 relação a essa condicionante. Porém, na reunião do COPAM, na 92ª reunião,
1521 a Cemig apresentou uma outra proposta, que é a construção da ponte. A partir
1522 da apresentação dessa proposta para construção da ponte, que foi validada
1523 na 92ª reunião, a Cemig está cumprindo o que foi apresentado em maio de
1524 2015.” Conselheira Soraya de Carvalho Neves: “Eu concordo com você que
1525 não foi proposta como condicionante essa alternativa quanto às obras. Mas o
1526 papel do Conselho é justamente discutir uma alternativa para solucionar o
1527 problema ambiental e social.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “De qualquer
1528 forma, nós entendemos que o promotor vai entrar em contato com a Cemig e
1529 deliberar sobre a questão. Essa questão, inclusive, constará nos autos do
1530 processo. Para discussão e questionamento, o processo continua dentro da
1531 Supram, continua sendo acompanhado pela Supram. Uma vez que está sendo
1532 discutido e apresentado aqui, eu não acredito que haja prejuízo nenhum de
1533 levar a discussão para dentro desse processo.” Gilmar dos Reis
1534 Martins/Supram Jequitinhonha: “Inclusive, como já foi ressaltado aqui várias
1535 vezes, a Supram está de portas abertas aqui para receber qualquer tipo de
1536 questionamento, para qualquer assunto que tenha a contribuir com relação ao
1537 andamento de qualquer outro processo de licenciamento que não esteja mais
1538 sendo pautado aqui na URC Jequitinhonha. E esse caso também pode estar
1539 sendo levado para a Supram Jequitinhonha, e nós, de alguma forma, levarmos
1540 o assunto para a Câmara Técnica discutir, podendo ser deliberada alguma
1541 coisa.” Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Eu só quero complementar o
1542 que o doutor apresentou aqui porque, em agosto de 2014, a Cemig apresentou

1543 um documento entregando o enrocamento que a Cemig fez no rio
1544 Jequitinhonha para a prefeitura. Graças a Deus, o prefeito me recebeu, e eu
1545 sugeri a ele que esperasse mais um pouco para ver se chovia. E em dezembro
1546 de 2014 a chuva veio com vontade, e aí todo o serviço que a Cemig fez, ao
1547 invés de o rio ir para Itira, voltou para Coronel Murta e desmanchou todo o
1548 serviço. Então, isso que a Cemig apresentou, eu estava também presente
1549 quando a vice-prefeita prometeu arrumar os coletes. Se a prefeitura está
1550 descumprindo com esse compromisso dos coletes, eu acho também, Dr. Luiz
1551 Gustavo, que ela tem que ser acionada para cumprir essa parte. Mas só isso
1552 não resolve, só os coletes não resolvem. E talvez a prefeitura tenha feito esse
1553 compromisso porque estava previsto inaugurar agora. Quando está previsto
1554 inaugurar, vai começar, nós sabemos que começar uma ponte no
1555 Jequitinhonha em dezembro é totalmente inviável. Isso aí é só para poder
1556 adoçar boca de menino. Eu duvido que comece, porque tem o rio Salinas, tem
1557 o rio Grão Mogol, tem vários afluentes do Jequitinhonha a jusante da barragem
1558 de Irapé que enchem. E começar em Araçuai em dezembro – ainda bem que
1559 está gravado, vai ficar em ata – eu tenho certeza de que não começa. Chega
1560 o final do ano, a empresa dá férias coletivas e não sei o quê. Vai começar lá
1561 para fevereiro.” Conselheiro Luiz Gustavo Patuzzi Bortoncello: “Só uma
1562 observação. Eu fui promotor em Salinas durante um ano, então, a realidade
1563 não é tão estanha assim para mim. A questão é a seguinte, quando se alterou
1564 a condicionante para construção de uma ponte, era evidente que tinha que vir
1565 uma outra condicionante para oferecer uma travessia alternativa nesse
1566 período. É evidente. Essa outra condicionante não veio, ficou só a construção
1567 da ponte. A minha pergunta: qual o prazo máximo para finalização da obra
1568 nessa condicionante na 92ª reunião.” Adriano/Cemig: “O que foi acordado é o
1569 cronograma que nós apresentamos, que passou a ser o prazo da
1570 condicionante, que é maio de 2018.” Conselheiro Alex Mendes Santos:
1571 “Inclusive, foi muito extenso por causa da alegação do rito processual.” Patrícia
1572 Carvalho Machado/Supram Jequitinhonha: “Na 92ª, nas deliberações, não
1573 houve alteração do prazo de condicionante. Eu acho que seria alterar o que já
1574 foi autuado por descumprimento. Estamos em outra fase agora atendendo ao
1575 cronograma como forma de mitigar esse impacto e cumprir a condicionante,
1576 não em nível de licenciamento e, sim, de atendimento à população. Então, a
1577 condicionante é descumprida. Fazer outra condicionante? Discutimos isso lá
1578 também. Eu não sei se é o momento de fazer outra condicionante para voltar
1579 àquela história toda. Então, eu acho que partiremos desse cronograma. As
1580 ações estão atrasadas. O Adriano ainda falou: ‘O cronograma está valendo,
1581 mas as ações estão bem atrasadas.’ Então, um novo prazo, eu acho que, para
1582 essa condicionante específica, não deveríamos tocar nesse assunto. Está
1583 descumprida. Realmente, já foi autuada por várias condicionantes que
1584 estavam descumpridas, eu não lembro quantas, inclusive, essa. A solução de
1585 alterar esse prazo de 150 dias eu acho ruim porque o que foi pedido nessa

1586 condicionante não aconteceu. O atracadouro não atendeu, então, nós
1587 partimos para uma outra etapa. Até discutindo com o Wesley e com o diretor
1588 técnico Gilmar, tentando achar uma saída. A Cemig vai entrar com processo
1589 de revalidação da Licença de Operação, e isso vocês acompanham, vocês
1590 sabem previamente. É um fator primordial que essa condicionante tenha um
1591 andamento, as ações tenham um andamento dentro do processo, para que se
1592 consiga obter a revalidação dessa licença. Então, discutindo entre vocês, eu
1593 não sei se seria interessante alterar alguma coisa ou acrescentar neste
1594 momento. Se fosse feito, poderia, sim, mas para ser levado à Câmara Técnica
1595 e aí, sim, lá, nós discutiríamos.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “O que eu
1596 tiraria aqui seriam duas questões. Uma é que o Conselho, se for o caso, leve
1597 até a Supram, à diretoria técnica, esses questionamentos, discuta com a
1598 diretoria técnica dentro do âmbito do processo ambiental de regularização
1599 essa questão do não cumprimento da condicionante e como se vai atender. É
1600 uma discussão técnica. Pode ser dessa forma? Então, nós deliberamos que
1601 os interessados e o Conselho levem esse questionamento, independente da
1602 questão do Ministério Público, à Supram, que é o órgão que vai discutir isso,
1603 e que lá, tecnicamente, se discuta como equacionar essas questões em
1604 relação à condicionante.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “Eu quero só
1605 deixar registrado e acompanhar o Dr. Luiz Gustavo, promotor de Justiça, com
1606 relação a que a Cemig busque algo para que se viabilize a vida dessas
1607 pessoas durante o período, que é bastante longo. Eu conheço bem a região,
1608 apesar de ser natural de Diamantina. Realmente, a viabilidade dessa obra lá
1609 em 4 de dezembro, do jeito que chove... Então, a Cemig tem que buscar uma
1610 solução de viabilidade. Eu acho que tem muita solução de custo baixo,
1611 transporte de pessoas com ônibus, alguma coisa que, pelo menos, atenuie
1612 realmente o sofrimento dessas pessoas lá, para que possa seguir.”
1613 Conselheiro Luiz Gustavo Patuzzi Bortoncello: “Eu vou instaurar já amanhã
1614 um inquérito civil para apurar essa questão de forma a buscar, primeiro,
1615 extrajudicialmente. A ideia é fazer um TAC com a Cemig o mais rápido
1616 possível para oferecer uma alternativa imediata para travessia do rio. E
1617 medidas compensatórias a todo esse dano coletivo causado lá, seja
1618 construção de postos de saúde, melhorias em escolas, praças etc. Não
1619 havendo, por parte da empresa concessionária do serviço público, interesse
1620 na resolução do problema de forma amigável, eu vou entrar, sim, com ação
1621 civil pública, com liminar, bloqueio de bens, o que for necessário para viabilizar
1622 essa questão. Volto a dizer, a minha iniciativa não deve excluir a iniciativa
1623 administrativa do COPAM, mas o Ministério Público, enquanto regional, vai
1624 atuar.” **9) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DA UNIDADE
1625 REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA DO COPAM PARA O ANO DE
1626 2017. Apresentação: Supram Jequitinhonha.** Presidente Clésio Cândido
1627 Amaral: “Senhores conselheiros, essa é a proposta de agenda de reuniões da
1628 URC, que seriam trimestrais, ou seja, aconteceu hoje, 16 de fevereiro, e temos

1629 mais três reuniões. Se todos os conselheiros concordarem com essa reunião
1630 trimestral, eu vou colocar sob aprovação. Vamos votar? Aqueles que
1631 concordam com o novo calendário mantenham-se como estão. Aprovado.” **10)**
1632 **ENCERRAMENTO.** Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu gostaria de falar
1633 que, apesar de acharmos que o Conselho diminuiu, que a URC diminuiu, eu
1634 acho que nós conseguimos transformar o Conselho em outro fórum de
1635 discussão, inclusive, de proposições de alterações para serem levadas às
1636 Câmaras Técnicas. Eu acho que é o momento de trazer para o Conselho
1637 essas discussões daquilo que achamos que precisa melhorar dentro do
1638 sistema. É uma das prerrogativas das URCs propor normatização, discussão
1639 de assuntos que possam ser levados e deliberados na Câmara Técnica. Nós
1640 podemos sugerir, igual o Alex está falando, que determinados assuntos sejam
1641 trazidos por especialistas à URC, que possa discutir sobre os assuntos e, a
1642 partir daí, editar algumas deliberações. Eu queria agradecer a todos e dou por
1643 encerrada.” Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Senhor presidente, antes
1644 de terminar, eu só gostaria de fazer um pedido. Que na próxima reunião, de
1645 11/5/2017, por favor, tanto faz o operador quanto a Supram, providenciem um
1646 som melhor, peçam ao governo ou façam uma vaquinha entre as entidades
1647 representativas, para comprar um som melhor.” Presidente Clésio Cândido
1648 Amaral: “Está registrado. Dou por encerrada, e bom dia a todos.”

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

1651
1652
1653 **Clésio Cândido Amaral**
1654 **Presidente da URC Jequitinhonha**